



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 36 - Nº 721 - DE 11 A 24 DE AGOSTO DE 2024 - R\$ 5,00

Tremores nas Bolsas de Valores expõem as bases materiais das guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza, bem como a guerra comercial dos Estados Unidos com a China e a escalada militar da OTAN

É necessário responder com o programa da revolução social e com a organização da frente única anti-imperialista

TODO EMPENHO EM RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, A IV INTERNACIONAL

Somente a classe operária da Venezuela e da América Latina pode derrotar a ofensiva do imperialismo, esmagar a oposição pró-imperialista e superar o regime chavista em decomposição

Realizada a Escola de Quadros no Nordeste

Ato político em São Paulo dos 35 anos do POR e lançamento do décimo sexto livro sobre o Internacionalismo Proletário



Manifestações da crise econômica expressam a decomposição do capitalismo

A escalada militar se fortalece e expõe a necessidade da reorganização mundial da classe operária

O início de agosto esteve marcado pela queda nas Bolsas de Valores. Depois da derrocada econômico-financeira de 2008 e da recessão que se seguiu em 2009, com a derrubada na Bolsa de Tóquio em 14,4%, a maior desde outubro de 1987, se tem a sinalização de que as placas tectônicas da crise estrutural do capitalismo estão se movimentando no sentido do agravamento das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção.

As Bolsas são o santuário da especulação financeira. A explicação dos analistas, no fundamental, é que a derrubada se deveu ao anúncio dos Estados Unidos de que o Banco Central iria cortar a taxa de juros uma vez que havia indicadores de recessão à vista. Quase que simultaneamente, o Japão elevou a sua taxa de juros há muito contida próxima a zero. O que levou à valorização de sua moeda (iene), causando uma corrida dos investidores a venderem parte de suas ações.

A transação pôs à luz do dia o quanto os investidores especulavam com o iene desvalorizado, adquirindo grandes somas para realizar negócios cujas diferenças com a moeda de referência – o dólar – lhes davam ganhos. Estima-se a movimentação do iene na casa dos US\$ 700 bilhões, somente nos últimos dois anos. As ações das gigantescas empresas de tecnologia – Apple, Microsoft, Tesla, Amazon etc., - se mostraram artificialmente elevadas. Em qualquer momento, poderiam perder valor. Eis por que o conhecido especulador Warren Buffett orientou, nos últimos meses, ao seu grupo Berkshire Hathaway que desfizesse da metade de sua participação na Apple. O esperto capitalista estava antevendo os perigos que encerrava a supervalorização das grandes corporações tecnológicas.

A redução de “mais de 20%” no valor das ações na Bolsa de Tóquio em poucos dias causou pânico no sistema financeiro internacional, afetando as Bolsas em todo o mundo, inclusive na China. O abalo foi contido pela intervenção conjunta das potências. Resta observar se de fato o aumento do desemprego nos Estados Unidos no mês de julho está mostrando a recessão a caminho na maior economia do mundo e se o Banco Central cumprirá o anúncio de corte na taxa de juro, prometida em vários momentos anteriores ao atual abalo.

Os indicadores mostram que o baixo crescimento em todos os países e a redução do desempenho da China que tem sido o motor da economia internacional revelam dias cada vez mais difíceis pela frente. Caso se mantenha o curso da estagnação e das quedas, é bem possível que se confirme a previsão de que capitalismo está diante de uma “bolha das big techs” (das grandes empresas de tecnologia). O que expressa a alta especulação concentrada.

Os Estados Unidos ocuparam o epicentro da crise em 2008 com a falência no sistema de construção civil. Logo, porém, se manifestaram as contradições de conjunto, de forma que a quebra de capitais norte-americanos se internacionalizou e resultou na mais dura recessão desde a crise da década de 1970.

Os fatores da decomposição econômica não foram debelados. Ao contrário, se ampliaram e se potenciaram após a recessão. É o que comprovam o agigantamento da dívida pública

mundial, o impulso à ultra concentração de capitais, a feroz especulação financeira e os gastos parasitários. Dados da Unctad revelam que no ano passado “a dívida pública global atingiu o recorde de US\$ 97 trilhões, um crescimento de US\$ 5,6 trilhões ante o ano anterior.” Em 2010, a dívida dos países “em desenvolvimento” (semicoloniais), que representava 10%, passou em pouco mais de duas décadas a representar “30% do total mundial”.

São números estratosféricos que mostram a dimensão do volume de capital acumulado que, uma vez não aplicado na produção e outras esferas da economia, tem de ser valorizado pela via do parasitismo, do qual tem grande importância o endividamento dos Estados. Ao corresponder a 20 PIBs mundiais, pressiona poderosamente todos os países a submeterem suas políticas econômicas às taxas de juros exorbitantes, a imporem as contrarreformas e retrocederem as relações de trabalho a fases primitivas de superexploração.

O reconhecimento por setores da própria burguesia de que a concentração de riqueza chegou a um ponto que se converte em fator de bloqueio às forças produtivas ocorre precisamente nas condições de decomposição visível do capitalismo. Assombra os economistas burgueses o fato de que “14 indivíduos no mundo detêm cada um fortunas de mais de US\$ 100 bilhões”. Esse pequeno grupo “concentra US\$ 2 trilhões em riqueza”.

Nesse marco de ultra concentração de mercados acionários, de corporações monopolistas, de endividamento dos Estados nacionais e de riquezas, se impulsionam os gastos parasitários com a indústria bélica. Em 2023, chegaram a US\$ 2,2 trilhões, um aumento de 9%, reconhecidamente um “gasto global maior desde a Segunda Guerra.” Os Estados Unidos estão à frente com 41% desse total. A OTAN contou com uma elevação de 8,5%. Esses números estão de acordo com o momento de maior gravidade das guerras que se travam na Ucrânia e na Faixa de Gaza. E com a acirrada guerra comercial dos Estados Unidos com a China.

As guerras são o meio e o método do capitalismo em decomposição responder às contradições entre as forças produtivas, as relações de produção e as fronteiras nacionais. A guerra comercial entre potências econômicas tende a se transformar em guerra bélica. Eis por que se coloca em discussão a possibilidade de uma Terceira Guerra. Eis por que se fortalecem as forças burguesas de ultradireita e se reergue a sombra do nazifascismo. Eis por que as massas têm de recorrerem à luta de classes. Eis por que eclodem as crises políticas, como a que se passa na Venezuela. Eis por que cresce a instabilidade mundial e regional. Eis por que vem à tona a necessidade histórica da revolução social, proletária e socialista. Eis por que se coloca em um plano ainda mais superior a crise de direção que se aflorou no período da Segunda Guerra.

É preciso compreender as leis históricas do esgotamento do capitalismo. Assim, a vanguarda revolucionária poderá cumprir o objetivo de construir os partidos marxista-leninista-trotskyistas e reerguer o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Os interesses do imperialismo marcam a divisão interburguesa na Venezuela

Lutar contra o intervencionismo dos Estados Unidos e aliados com a estratégia revolucionária do proletariado

Passados dez dias das eleições, a oposição liderada por Maria Corina Machado se mostrou incapaz de provocar um levante das massas contra o governo de Nicolás Maduro. A manifestação de 3 de agosto se mostrou limitada e condicionada pela disputa eleitoral. De outro lado, a mobilização organizada pelo governo também evidenciou que a maioria dos explorados venezuelanos ficou à margem da pendência sobre as atas eleitorais e o embate em torno à declaração da vitória de



Maduro. Tudo indica que a grande maioria não sentiu a necessidade de se colocar por detrás da oposição pró-imperialista e do governo nacional-reformista em decomposição. A classe operária, camponeses e demais oprimidos não viram por que se levantar em apoio a uma ou outra das frações da burguesia venezuelana em choque, uma vez que no terreno das eleições não se colocam concretamente as necessidades prementes dos trabalhadores. A situação social no país é calamitosa. Cresceram a pobreza e a miséria, de um lado, e a concentração de riqueza nas mãos de uma minoria, de outro. As esperanças que o nacional-reformismo - encarnado pelo tenente-coronel Hugo Chávez - enfrentaria a crise econômica, o desemprego, os baixos salários, a criminalidade e o avanço dos conglomerados de favelas foram se diluindo nesses vinte e cinco anos de governo chavista.

É bom lembrar que Chávez se potenciou como um caudilho tendo como antecedentes grandes manifestações que culminaram em 27 de fevereiro de 1989 com um levante em Caracas (Caracazo) que atingiu duramente o governo de Carlos Andrés Pérez e que finalmente foi deposto por um impeachment em 1993. As massas em combate ao plano econômico antinacional e antipopular de Pérez não contavam com uma direção revolucionária. Instintivamente se lançaram contra o governo que atendia aos interesses do grande capital e do imperialismo. Sem um partido que pudesse levar a classe operária ao poder e expropriar a grande propriedade privada dos meios de produção, a própria burguesia se desfez de seu odiado governo pela via institucional, estabeleceu um governo de transição e, finalmente, restabeleceu as eleições, que permitiram a formação do governo de Rafael Caldeira, que administrou o Estado de 1994 a 1999. É nesse marco de crise profunda do capitalismo semicolonial e da insurreição dos explorados que Hugo Chávez fez a primeira tentativa para se tornar governo por meio de um levante militar em 1992. Cumpriu dois anos de prisão e foi anistiado pelo presidente Rafael Caldeira. Elevou-se à condição de presidente nas eleições de 1998. Por um período, o governo nacional-reformista realizou estatizações com indenizações, cujo principal feito se concentrou nas reservas e na indústria petrolífera. A situação das massas teve um breve momento de amenização da miséria e fome.

As ilusões despertadas pelo nacionalismo pequeno-burguês foram sendo solapadas pelo cerco dos Estados Unidos, que impuseram as sanções econômico-comerciais e passaram a organizar uma oposição burguesa de direita e ultradireita. Os governos latino-americanos, em distintos graus, serviram à política norte-americana para sufocar a economia venezuelana. Um fator fundamental de preservação do regime nacional-reformista foi a coesão das Forças Armadas,

que se constituiu baseada nos interesses de uma fração interna capitalista que se valeu das estatizações e medidas governamentais protecionistas. Os militares ocuparam postos de administração econômica, que lhes permitiram obter privilégios de casta. Basta verificar os elos da crise política potenciada pelo levante das massas no Caracazo para se entender o lugar do nacionalismo pequeno-burguês no bloqueio à revolução social e na constituição de um governo de ditadura bonapartista.

A substituição de Chávez e o continuísmo do nacional-reformismo em 2013 se deu nos marcos de uma profunda crise política. A oposição, liderada por Henrique Capriles, perdeu por uma pequena margem de votos. Aí já houve a primeira contestação sobre o resultado que deu vitória a Maduro. A oposição e os Estados Unidos esperavam remover o regime chavista com o desaparecimento de seu cadilho. No entanto, os militares se mantiveram unidos em torno a Nicolás Maduro. A reeleição de Maduro em 2018 foi contestada pela oposição, que teve seus líderes cassados - Leopoldo López, Henrique Capriles e Maria Corina Machado. Montou-se um processo em Londres para questionar as eleições e se reconheceu o fantoche Juan Guaidó como presidente da República, já que presidia a Assembleia Nacional. Donald Trump se encontrava por detrás desse processo. Bolsonaro, alinhado com Trump, rompeu relação do Brasil com a Venezuela e reconheceu Guaidó. A farsa do imperialismo caiu por terra, uma vez que a população do país ignorou a investida armada desde o exterior e a oposição se mostrou incapaz de levantar as massas. Maduro se reequilibrou na presidência da República, mas não conseguiu debelar a crise econômica e social agravada em grande medida pelas sanções econômicas. Eis os antecedentes históricos que estão na base da atual crise política.

À diferença do passado, está em que o esgotamento do regime chavista chegou ao extremo. A Venezuela retrocedeu em sua industrialização, passou a depender em grande parte do petróleo e outras matérias-primas. A PDVSA nacionalizada foi encurralada. O regime chavista não teve alternativa senão aceitar a participação das petroleiras, incluindo a poderosa Chevron norte-americana. A China e a Rússia aproveitaram para penetrar na indústria petrolífera da Venezuela, que conta com a maior reserva mundial

Nesse embate contra a ingerência das forças externas e em torno às disputas interburguesas internas, cabe à vanguarda com consciência de classe lutar com o programa da revolução social. As condições objetivas da crise evidenciam a maturação das premissas da revolução proletária. A luta por um governo operário e camponês somente não se materializa devido à inexistência do partido revolucionário organizado no seio do proletariado.

de hidrocarbonetos. Não por acaso, vem refletindo-se a guerra comercial dos Estados Unidos com a China e as sanções contra a Rússia em torno ao petróleo da Venezuela. Grandes interesses internacionais estão por trás de mais um elo da crise política que vem abalando o país há anos. Na ausência de opositores do passado que trabalharam para derrubar o regime chavista, fosse pela via eleitoral ou por um golpe de Estado, restou a ex-parlamentar Maria Corina Machado, filha de um poderoso burguês ligado à indústria do aço, que ganhou as primárias na oposição, mas que teve seu registro impedido, encabeçar a disputa eleitoral por meio do preposto Edmundo González. Os Estados Unidos e aliados europeus novamente viram a oportunidade de remover Maduro. A oposição reprimida e dilacerada se mostrou ainda mais dependente do intervencionismo norte-americano.

Tudo indica que o regime chavista já não conta com amplo apoio dos explorados. A oposição somente poderia anular a capacidade de manipulação eleitoral do governo se estivesse à frente de um movimento instintivo de revolta das massas, a exemplo do que se passou com a emersão do chavismo impulsionado pelo Caracazo. Maduro justificou o atraso em apresentar as atas devido à interferência de hackers. Corina e Edmundo apresentaram atas obtidas nas mesas de votação. Mais uma vez, a crise passa pela caricata democracia venezuelana. O chamado de Corina e Edmundo aos militares para que reconheçam a vitória da oposição é de cunho golpista. Ou seja, os opositores estão prostrados diante da unidade governamental. Não têm força nas massas para derrubar Maduro, e assim precisam de uma divisão nas Forças Armadas, como se tentou no passado com López, Capriles e Guaidó. Os Estados Unidos agiram no sentido de levar a OEA a condenar o processo eleitoral e a reconhecer a vitória da oposição. Não conseguiram obter a maioria e lançaram o reconhecimento de Edmundo, como se fez com a pantomina de Guaidó.

O Brasil permaneceu na zona cinzenta, pedindo junto com o México e a Colômbia que Maduro apresentasse as atas. Contou com o apoio da União Europeia. Lula foi incentivado pelo presidente francês, Macron, a continuar no caminho de negociação entre o regime chavista e a oposição. Uma vez que a cúpula militar se pronunciou em favor da vitória de Maduro e denunciou as intenções golpistas de Corina e Edmundo, bem como o fato de a oposição ter revelado sem uma força social poderosa para derrubar o governo, o impasse mantém o prato da balança a favor do regime chavista. A Venezuela já havia se colocado como epicentro da crise na América do Sul, ao lado da Argentina com a ascensão da ultradireita, ao reivindicar o território de Essequibo que contém uma grande reserva de petróleo, explorada pelos Estados Unidos e China. O acordo de Barbados, de outubro de 2023, se deu no percurso do conflito em torno à região de Essequibo. Previu eleições na Venezuela sob a vigilância do exterior. No final das contas, apenas o Centro Carter, uma instituição do imperialismo norte-americano, foi admitido. Ocorre que esse acordo facultava a ingerência das forças externas burguesas e governamentais so-

bre uma decisão política que cabia somente ao povo venezuelano realizar. Em nome da democracia e de eleições transparentes, o imperialismo arrastou o Brasil e outros países da América Latina a servirem de instrumentos do intervencionismo. O resultado foi no sentido de rechaçar a vitória apresentada por Maduro ou pedir a comprovação da vitória pelas atas. Em ambos os casos, se trata de ingerência externa, que se assenta no poderio intervencionista dos Estados Unidos. Até o presente, esperam-se as atas para uma definição final que deveria ser apenas do povo venezuelano e de ninguém mais, muito menos ainda dos Estados Unidos e das potências europeias. A questão diz respeito à autodeterminação da Venezuela.

Vimos o quanto o cerco econômico e político dos Estados Unidos atingiu o país e impulsionou a crise política. Enganam-se aqueles que consideram a decomposição do regime chavista como fruto exclusivo de suas contradições internas à Venezuela. O intervencionismo imperialista foi e tem sido fundamental para desintegrar economicamente a nação oprimida e afundar o impotente governo nacional-reformista. As diferenças de atitude entre os alinhados com os Estados Unidos e o bloco liderado pelo Brasil é de grau, de tática e não de estratégia. No essencial, prevalece a estratégia imperialista do intervencionismo. As forças burguesas e pequeno-burguesas que seguem essa ou aquela variante estão, em última instância, sob a égide do imperialismo. A resposta de classe do proletariado é distinta e contraposta às duas variantes. Trata-se da luta contra toda e qualquer ingerência e intervenção externas nas questões que dizem respeito à nação oprimida e ao seu povo. Rejeita as manobras em torno às disputas e divisões interburguesas que refletem a decomposição do capitalismo na Venezuela e em toda parte. As bandeiras do proletariado são as de "Fora o imperialismo da Venezuela!", "Nenhuma intervenção da OEA no processo eleitoral!", "Que o povo venezuelano decida por conta própria se o governo de Maduro deve permanecer ou ceder lugar à oposição direitista!"

Nesse embate contra a ingerência das forças externas e em torno às disputas interburguesas internas, cabe à vanguarda com consciência de classe lutar com o programa da revolução social. As condições objetivas da crise evidenciam a maturação das premissas da revolução proletária. A luta por um governo operário e camponês somente não se materializa devido à inexistência do partido revolucionário organizado no seio do proletariado. O fracasso das esquerdas, tanto as estalinistas quanto as centristas (pseudo-trotskistas), se deve ao fato de terem se submetido ao nacional-reformismo no seu auge e renunciado a organização do partido marxista-leninista-trotskista. Umas que no passado votaram na ascensão do chavismo, hoje condenam o governo Maduro, em nome da democracia e da inviolabilidade do processo eleitoral. Outras acreditam que a luta contra a ascensão da direita ao poder implica a defesa do governo Maduro.

Essa confusão se deve à ausência do partido do proletariado na Venezuela e ao atraso na tarefa de reconstruir a IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista. Os explorados da Venezuela e da América Latina estão diante de mais uma experiência que ilumina o caminho histórico da revolução proletária, ou então do avanço da barbárie capitalista.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

**AS ESQUERDAS
NO BRASIL**

O Trotskismo
diante da Tarefa
de Construir
o Partido
Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



Divisão nas esquerdas

Não é surpreendente que as eleições na Venezuela tenham provocado distintas posições sobre a vitória ou não de Maduro. Certamente, as discordâncias afloram diante da interferência do imperialismo e dos governos latino-americanos no choque entre o regime chavista e a oposição direitista e ultradireitista. Um quadro de divergência mais complexo se deu e se dá em torno à guerra na Ucrânia. Quando nos referimos às esquerdas – um termo amplo e impreciso –, tratam-se das correntes ligadas ao estalinismo e às centristas que reivindicam do trotskismo. Há também a esquerda pequeno-burguesa que não pretende ser aparentada com o estalinismo e o trotskismo, que também ocupa um lugar de centrista no rol das esquerdas.

As informações permitem distinguir aquelas que condenam Maduro por exercer uma ditadura e as que defende seu governo em nome da luta anti-imperialista. Encontramos distinções, inclusive, no interior dos partidos comunistas estalinistas ou filoestalinistas. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) emitiu uma nota que conclui exigindo o “respeito à soberania da Venezuela e às decisões da Comissão Nacional Eleitoral”. Dá a entender que tem uma diferença em relação ao Partido Comunista da Venezuela (PCV), que rechaçou a declaração de vitória de Maduro e defendeu que prevaleça a “vontade popular”, portanto, a eleição de González. Nesse mesmo sentido, o Partido Comunista de Portugal (PCP) foi mais claro que o PCB ao reconhecer a vitória de Maduro, dizendo que as eleições “reafirmaram o apoio popular ao processo bolivariano”. No Chile, O Partido Comunista do Chile (PCCh) admitiu a vitória de Maduro e está certo de que haverá transparência nas atas. Essa posição não é unânime no interior do partido, como se nota nas declarações diferentes de parlamentares. O PCCh faz parte do governo de Gabriel Boric que se destaca como o mais radical defensor da vitória de Edmundo González, seguindo a linha dos Estados Unidos.

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) conclui em uma nota assinada pela executiva nacional que segue a posição dos governos do Brasil, Colômbia e México. Ou seja, pede a Maduro que publique as atas e comprove assim a sua vitória. O PSOL, portanto, está de acordo com a interferência externa no processo eleitoral da Venezuela. Diz: “A proposta de assegurar um acompanhamento internacional independente é justa”. Em certo sentido, o PSOL se opôs à declaração do PT de reconhecimento da vitória de Maduro e se alinhou à posição do governo Lula.

O Partido da Causa Operária (PCO) critica a “posição capituladora e direitista de Lula, que, pressionado pelo imperialismo, decidiu não reconhecer imediatamente a vitória eleitoral de Maduro, pedindo a divulgação das atas eleitorais”. Não se pode esquecer que PCO foi cabo eleitoral de Lula. As esquerdas em geral conservam a prática de passar uma borracha em seu passado. De fato, Lula se submeteu aos ditames dos Estados Unidos. Ocorre que se

trata de um governo burguês montado por uma frente ampla e submetido ao poder das oligarquias e do capital financeiro. Esse conteúdo escapa à nota do PCO. É preciso que se diga que houve um jogo entre o PT e Lula. O PT reconheceu a vitória de Maduro, pedindo a pacificação com a oposição. A luta contra a intervenção imperialista e a capitulação do governo petista não implicam entrar no mérito de como se processaram as eleições e hipotecar reconhecimento da vitória de Maduro. A posição de que os explorados e os partidos de esquerda deviam alinhar-se com a Rússia, China, Irã etc. não corresponde à política de independência de classe do proletariado e ao combate anti-imperialista contra toda intervenção externa à Venezuela. Apoiar o governo Maduro significa alienar a independência dos explorados diante do governo burguês, que se distingue de outros por sua orientação nacionalista (nacional-reformista). A posição de PCO corresponde à linha política de apoio a Lula nas eleições em nome da luta contra a ultradireita bolsonarista.

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) segue a linha da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT-QI) que levantou a bandeira “Abaixo a ditadura de Maduro!”. Trata-se de uma outra variante de posicionamento do centrismo. No passado, esteve nas eleições com o chavismo, agora, converte sua desilusão no nacional-reformismo no formato de oposição verbalmente revolucionária. Condena a ditadura de Maduro e rechaça a ultradireita. Em princípio, aparenta uma política de independência de classe. Ocorre que a bandeira de “Abaixo a ditadura de Maduro” expressa um conteúdo democrático-burguês em referência às eleições e à declaração de vitória de Maduro. As mobilizações promovidas por Corina-González também colocam a remoção da ditadura, tal como qualifica o imperialismo. Não existe um movimento operário independente que possa derrubar a ditadura chavista e esmagar a oposição pró-imperialista. A questão do poder continua nas mãos da burguesia venezuelana, que se encontra dividida nos marcos do regime chavista. A direita antichavista, que tanto reivindica da democracia eleitoral quanto conspira no sentido de um golpe, é a única força no momento que pode modificar as relações no âmbito do Estado burguês. A subordinação das esquerdas ao chavismo no passado é responsável pela crise de direção que se manifesta na crise política da Venezuela.

O fundamental da presente situação está em que o imperialismo intervém no sentido de dar a vitória à oposição. O Brasil, sob o governo de Lula, diz que respeita a autodeterminação do povo venezuelano, mas somente em palavras. Não por acaso, os Estados Unidos reconheceram a vitória de González e em seguida voltaram a incentivar a mediação do grupo Lula, Petro e Odrador. Nisso reside, no momento de impasse na crise política, a luta estratégica contra qualquer forma de intervenção externa, sob a bandeira de “Imperialismo e seus serviços, tirem as mãos da Venezuela”, “Que o povo venezuelano decida livremente sobre o destino do regime de Maduro”. “Que a classe operária lute com suas reivindicações e com a estratégia revolucionária, por um governo operário e camponês, expressão governamental da revolução social”.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Declaração do Partido Operário Revolucionário - POR

Crise na Venezuela

Somente uma política do proletariado tem como enfrentar e derrotar a ofensiva do imperialismo

31 de julho de 2024

As eleições na Venezuela e a declaração de vitória de Nicolás Maduro projetaram a crise política que marca a trajetória do nacional-reformismo chavista. A oposição de ultradireita e pró-imperialista acusa o governo de fraudar o resultado das urnas. Eclodiu um movimento de contestação. Estimam-se 11 mortos e cerca de 700 presos. A polícia e o Exército foram implacáveis. Caso contrário, o levante opositor atingiria um patamar que poderia derrubar o regime chavista.

Avaliando a polarização, Maduro havia dito que a Venezuela corria o risco de enfrentar uma “guerra civil”. Foi um sinal de que as eleições estavam antecipadamente expondo um movimento da oposição apoiado pelos Estados Unidos, aliados europeus e governos latino-americanos. As pressões externas para que houvesse uma vigilância internacional sobre o processo eleitoral indicavam que o imperialismo agiria como um interventor autorizado pelo próprio governo venezuelano.

Em outubro de 2023, se estabeleceu o acordo de Barbados de realização das eleições sob a inspeção externa, no sentido de dar à oposição condições de livre movimentação. Em troca, os Estados Unidos começariam a suspender as sanções econômicas à Venezuela. O Brasil participou ativamente para que se assinasse o acordo de Barbados. Como se vê, se tratou de uma chantagem dos Estados Unidos para determinar o curso da disputa eleitoral que ocorreria nove meses depois.

Houve a tentativa de reverter a proibição da candidatura de Maria Corina Machado, que se destacou desde a época de Hugo Chávez por conspirar contra o nacionalismo que protagonizava estatizações, principalmente do petróleo e fontes de matérias-primas. Corina Machado, filha de um empresário do aço, foi à procura de George W. Bush, no passado, para receber apoio e assim potencializar a posição pró-imperialista de setores da burguesia venezuelana. Esteve em constante conspiração para derrubar o chavismo.

Nas presentes eleições, não conseguiu se livrar do impedimento, de forma que colocou como seu substituto o ex-diplomata Edmundo González. Devido à enorme crise econômica do país, em grande medida alimentada pelo cerco econômico imposto pelos Estados Unidos, que afetou duramente a grande maioria da população, a oposição liderada por Corina Machado esperava, desta vez, retirar da presidência Maduro por meio das eleições.

O acordo de Barbados não somente serviria para o imperialismo e seus serviços da América Latina intervirem sob a máscara da legitimidade “democrática”. À medida que se estabeleceu a polarização, Maduro impediu a presença dos fiscais da União Europeia e de determinados países da Organização dos Estados Americanos (OEA). Esses antecedentes indicavam que as eleições concluiriam sem que as partes pudessem se comportar como bons adversários nas entranhas da política burguesa.

O anúncio da vitória de Maduro por 51,2% dos votos diante dos 44% de Edmundo González deu curso à crise política que se instalou anos a fio, ou seja, desde que Hugo Chávez passou a ocupar o poder. A oposição pró-imperialista realizou inúmeras tentativas de arrancar o chavismo do poder do Estado, inclusive recorrendo a tentativas de golpes apoiadas pelos Estados Unidos. Chegou-se ao ponto de inventar um governo paralelo, em 2019, sob a figura do aventureiro Juan Guaidó. A fusão entre o ideário chavista e os militares constituiu uma força política e institucional

que impossibilitou as tentativas da oposição de retomar o poder do Estado.

É necessário entender o atual enfrentamento como um elo da história política da Venezuela em que o imperialismo agiu diuturnamente para derrubar o nacional-reformismo, que ousou estatizar empresas de ramos-chaves da economia. É inconcebível aos Estados Unidos que um país semicolonial e débil como a Venezuela possa controlar as fontes de matérias-primas. Embora o nacionalismo chavista não atentasse contra a propriedade privada dos meios de produção, os Estados Unidos e aliados europeus agiram no sentido de quebrar a indústria venezuelana e cercar a economia como um todo com as sanções ditatoriais.

Na presente situação, diante da retomada dos protestos de rua e da movimentação norte-americana nos bastidores para anular as eleições, já que a oposição não ganhou força para dividir os militares e caminhar no sentido de um golpe de ultradireita, Maduro se viu obrigado a expulsar vários diplomatas que se colocaram abertamente contra o resultado eleitoral. O governo fascizante da Argentina, Javier Milei, foi um dos primeiros a se insurgir pela derrubada do governo Maduro, acusando-o estupidamente de “comunista”. Seguiu o caminho da contestação, até mesmo o governo de Gabriel Boric do Chile, que se qualifica de democrático e progressista. A OEA emitiu um comunicado em que não reconhece a vitória de Maduro. Aventa-se a anulação e a convocação de novas eleições.

Ao contrário, a China e Rússia reconheceram os resultados eleitorais. Nessa linha, seguiram inúmeros países. Os que não reconheceram são minoria. A lista maior é a dos que “pedem transparência ou que colocam em dúvida a regularidade do pleito”, entre eles estão os Estados Unidos e Brasil. Os Estados Unidos manobram no sentido de colocar a OEA contra a posse de Maduro. O Brasil aguarda as atas para se posicionar. Lula não seguiu a

R\$5

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo

Sobre o direito à autodeterminação das nações

Coletânea de Textos
Lênin e Trotsky

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS

posição do PT, que reconheceu a reeleição de Maduro e pediu o “diálogo com a oposição”. Nesse terreno, se movimentam as forças intervencionistas.

A posição do proletariado mundial e latino-americano não tem como se expressar organizativamente em defesa da bandeira anti-imperialista e da soberania da nação oprimida de não interferência das potências nos problemas internos da Venezuela. Isso por que na própria Venezuela não existe o partido revolucionário, marxista-leninista-trotskista, e prevalece a profunda crise de direção devido à ausência do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) tem em suas diretrizes programáticas o fundamento da autodeterminação das nações oprimidas, como é o caso da Venezuela. Rechaça e combate toda interferência das potências que intervêm nos assuntos internos dos países semicoloniais. E luta no seio das nações oprimidas contra os governos que servem aos interesses do imperialismo, como vemos agora com os alinhamentos

montados pelos Estados Unidos e União Europeia na OEA, para contestar a vitória de Maduro e potencializar o movimento da reação pró-imperialista da oposição.

Esse posicionamento coloca nas mãos da classe operária, dos camponeses e dos demais explorados venezuelanos as respostas à crise política, que expressa a decomposição econômica do capitalismo, o esgotamento político do nacional-reformismo e a necessidade de fortalecer o campo da revolução social. A tarefa é pôr em pé o partido-programa, de estrutura bolchevique, celular, enraizado nas massas proletárias, que assinala a perspectiva revolucionária: o governo operário-camponês. Este é o grande objetivo histórico.

Estados Unidos, tirem suas mãos opressoras e sanguinárias da Venezuela!

Pela autodeterminação e soberania da nação oprimida!

Partido Operário Revolucionário, seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Realizada a Escola de Quadros Nordeste do POR

Nos dias 27 e 28 de julho, realizou-se, em Fortaleza, a Escola de Quadros do POR no Nordeste. A formação contou com a presença da militância do Ceará, Pernambuco, Rio grande do Norte e Paraíba, assim como um representante de São Paulo, simpatizantes e contatos. O POR vem realizando com regularidade sua tradicional Escola de Quadros a cada ano. A formação tem por finalidade elevar a militância na compreensão do marxismo revolucionário e avançar na formação dos quadros marxistas-leninistas-trotskistas.

A Escola de Quadros selecionou como tema de estudos as teses e resoluções dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional, elaboradas e aprovadas (entre 1919 e 1921) sob a direção de Lênin. Entre os extratos selecionados, destacaram-se os textos “Discurso em defesa da tática da internacional comunista”, “Uma escola de estratégia revolucionária”, “Teses sobre a tática” e “O partido comunista e o parlamentarismo”.

A atividade foi aberta com o lançamento do 15º livro do POR “Internacionalismo Proletário” no qual o expositor procurou mostrar que vivemos o quadro mais profundo de crise desde a Segunda Guerra Mundial, onde as guerras da Ucrânia e Faixa de Gaza expressam a ofensiva do imperialismo sobre as nações oprimidas e sobre as fontes de matérias primas. Os conflitos impulsionados pela OTAN, a persistência das tendências bélicas, o cerco à Rússia e o choque entre EUA e China constituem elos da decomposição mundial capitalista, que tem por base a profunda contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, assim como entre aquelas e as fronteiras nacionais. A fase imperialista, de decadência do capitalismo, marcada por guerras, revoluções e contrarrevoluções não pôde ser superada pelo retrocesso da restauração capitalista vivida pelas revoluções russa e chinesa, cuja responsabilidade recai, inteiramente, sobre o estalinismo contrarrevolucionário. A tarefa de superar a crise de direção, reconstruindo a IV Internacional, encontra-se na ordem do dia.

Após o lançamento, passou-se à exposição, de um segundo camarada, sobre o significado histórico da III Internacional que preparou a discussão nos grupos. O expositor destacou que sua fundação, embora ocorrida 1919, sob as condições de vitória da Revolução de Outubro, já era proclamada por Lênin desde 1916, como resposta à traição da II Internacional na Primeira Guerra Mundial. A Internacional Comunista, expressando a velha premissa de que a luta de classes não tolera interrupções, deu continuidade à tradição revolucionária da I Internacional da época de

Marx e Engels e da Internacional Socialista da primeira época. A exposição destacou ainda que a Internacional Comunista permitiu a formação dos partidos comunistas em todo o globo e, diferente de suas antecessoras, funcionou como um verdadeiro estado-maior centralizado da revolução mundial antes de sua destruição pelo estalinismo. Finalizou destacando que a burocratização da URSS resultou na destruição da III Internacional, que aprovou em seu VII e último congresso, a tática oportunista das frentes populares. Sua dissolução formal, em 1943, por ordem direta de Stálin, atendeu às exigências do imperialismo ‘democrático’ na Segunda Guerra Mundial.

Finalizada a exposição, seguiu-se para a formação de grupos e discussão dos textos que destacaram inúmeros temas, entre eles: a) o combate ao ultraesquerdismo, que se manifestava em algumas seções da III Internacional com a sua ‘teoria da ofensiva’, b) os conceitos de regime social, forças produtivas e relações sociais de produção; c) as condições para a transformação de um regime social em outro; d) as premissas materiais da revolução; e) as novas classes sociais; f) a estratégia e tática revolucionárias; g) o programa de reivindicações mínimas e o sistema de reivindicações; h) o novo e o velho parlamentarismo, i) o parlamentarismo como forma determinada de ordem estatal burguesa; j) as ilusões democráticas e l) o uso da tribuna do parlamento burguês para a propaganda revolucionária. A discussão em plenária dos textos estudados nos grupos evidenciou uma rica assimilação dos conceitos e a profundidade das elaborações programáticas da III Internacional.

No segundo dia, houve a retomada dos grupos com a discussão voltada ao tema do parlamentarismo. A discussão em grupos foi precedida pela retomada dos pontos desenvolvidos no dia anterior na forma de perguntas e respostas, conduzida por um dos camaradas. A metodologia empregada permitiu afirmar didaticamente os conceitos com um alcance mais geral e homogêneo de assimilação. Trata-se de uma experiência nova com um método que procura se afastar da discussão rotineira e de viés acadêmico. A discussão em plenária, após o estudo prévio nos grupos pela manhã, seguiu a mesma metodologia. Questões como: o que é a consciência de classe, o que são as ilusões democráticas, como superá-las e se é possível ao partido revolucionário apoiar eleitoralmente, sob determinadas condições, a um partido centrista e reformista foram levantadas e discutidas. Ficou esclarecido que a consciência de classe não pode ser alcançada por todo o proletariado, que se

expressa por meio de seus instintos revolucionários, à vanguarda corresponde compreender e aplicar as leis gerais de transformação sociais e históricas, isto é, assimilar coletivamente e aplicar marxismo. O proletariado instintivamente revolucionário avança em sua compreensão por meio de sua vanguarda dirigente dos combates. Quanto às ilusões democráticas, foi esclarecido que representam a crença das massas (sob o domínio político e ideológico burguês) de que suas reivindicações serão atendidas pela democracia burguesa e seus instrumentos (eleições, partidos burgueses, legislação etc.), por meio de reformas do capitalismo. Sua superação implica a independência política e a confiança nos métodos próprios do proletariado. Sobre o apoio tático dos revolucionários ao reformismo/centrismo nas eleições, procurou-se esclarecer que sua possibilidade dependente das condições concretas da luta de classes (a exemplo da orientação da III Internacional ao Partido Comunista Britânico para o apoio ao Partido Trabalhista Independente, na década de 1920) e que o apoio dos revolucionários é sempre tático, não se confundindo com o apoio oportunista das correntes revisionistas, e visa, sobretudo, minar a influência deletéria da organizações reformistas e ajudar as massas a superarem as ilusões nestas.

A formação foi encerrada com um pronunciamento de um camarada que falou sobre a importância da atividade, seguido de uma viva à reconstrução da IV Internacional e à Escola de Quadros do POR. A Escola de Quadros foi bastante disciplinada, com a militância concentrada na tarefa de debater os conceitos fundamentais e expor as discussões dos grupos. A atividade mostrou um nível político mais elevado que nas anteriores. A discussão em torno aos textos mostrou que o partido cumpriu a tarefa de estudar e se preparar previamente nas regionais. A militância porista saiu fortalecida da Escola de Quadro, com uma compreensão mais elevada e imbuída da tarefa de se formar como marxista e construir o partido-programa.

Lançamento do livro – Internacionalismo Proletário

Transcrição da fala do camarada Atílio

Camaradas, me alegro em estar aqui mais uma vez na escola de quadros da regional do Nordeste. Vejo aqui o antigo camarada de fundação do partido. Vieram camaradas novos que estão entrando no partido e isso nos alegra muito.

Nos alegra muito ver como a regional escolheu o tema dos documentos da Terceira Internacional. Os documentos dos congressos da Internacional Comunista são guias para a construção do partido revolucionário. São guias programáticos para que sigamos no caminho da construção de um partido que esteja voltado à revolução proletária em nosso país; um partido voltado a reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, que é a IV Internacional.

Este aqui, se não me falha a memória, é o décimo quinto livro do POR, e tem uma importância particular porque compõe uma

trilogia. Vocês viram que nós fizemos um primeiro livro com toda uma fundamentação sobre a guerra na Ucrânia. Depois, outro sobre a Palestina. E agora este, sobre o Internacionalismo Proletário. Aqui publicamos resoluções do 17º Congresso e também reeditamos a resolução do V Congresso do CERQUI realizado na Bolívia, onde se discutiu a questão da restauração capitalista e o fim da União Soviética. Também republicamos aqui os editoriais do Jornal Massas, que têm uma sequência sobre a crise mundial.

Os camaradas devem ter prestado atenção que o POR, pelo menos aqui no Brasil, é a única corrente revolucionária, a única corrente que se reivindica do marxismo que tem uma preocupação muito voltada à profundidade da crise mundial. O ritmo da crise do capitalismo é tão profundo que quase diariamente se discutem guerras, se discute o genocídio na faixa de Gaza, se discute a escalada militar, se discute o quanto a OTAN está arrecadando mais dinheiro para alimentar o armamentismo, não só na Europa, mas também em parte da Ásia e no próprio Oriente Médio. Estamos vendo uma escalada militar extraordinária. Os camaradas também devem ter acompanhado a discussão que apresentamos nos nossos materiais, como voltou à discussão do problema das armas nucleares, que é um risco à humanidade. Então, este livro reúne as formulações do POR neste último período.

Se os camaradas observarem os jornais Massas, apenas seguindo os seus editoriais do, é possível ver uma sequência, que tem uma interdependência quinzenal. O jornal sai a cada 15 dias, a gente reúne os acontecimentos da quinzena e fazemos uma exposição sobre o aprofundamento da crise mundial. O que exige não só uma exposição dos fatos, mas a elaboração da linha e apresentação de respostas à crise mundial. Os camaradas que leem o material, devem ter visto que nós partimos de alguns pressupostos sobre o que caracteriza a crise da atualidade. Esse é o maior conflito que vivemos desde a Segunda Guerra Mundial.

Existiram inúmeras guerras. Logo depois da Segunda Guerra, veio a Guerra da Coreia, que terminou em 1953. Depois ocorreram outras guerras. Uma guerra muito marcante na década de 1970 foi a Guerra do Vietnã. Os Estados Unidos realizaram um verdadeiro massacre e foram derrotados. Foram derrotados com todo o seu aparato bélico. Também ocorreram guerras como a intervenção dos Estados Unidos no Iraque. Houve duas guerras: a Guerra do Golfo e depois a guerra de intervenção em que as forças armadas norte-americanas praticamente demoliram o Iraque e, finalmente, tiveram de se retirar. Teve a guerra na Líbia, a intervenção na Líbia, que também resultou em uma matança, que acabou assassinando Muammar Gaddafi, que era o dirigente nacionalista árabe. E aí uma intervenção extremamente colonialista, onde estavam presentes, com a expressão mais profunda, os interesses da França.

E tivemos a guerra do Afeganistão, quando a URSS ainda estava pé. Mais tarde sobreveio a intervenção dos Estados Unidos que se encerrou mais recentemente por decisão do governo Biden que retirou as suas tropas em função das necessidades de reordenar a estratégia do imperialismo para ver onde eles têm de colocar suas forças. O imperialismo está focado na questão da guerra na Ucrânia e da guerra comercial com a China. Os Estados Unidos, no seu declínio econômico, se lançam numa guerra comercial que tem no seu bojo, em seu interior, a escalada militar. E, ultimamente, estamos diante da intervenção dos Estados Unidos e de Israel na faixa de Gaza, que está estremecendo o Oriente Médio.

Houve o risco desta guerra extrapolar por todo o Oriente Médio. Os camaradas viram alguns choques entre o Irã e o Estado de Israel, que podiam se transformar numa guerra mais ampla envolvendo a Síria, o Líbano, a aliança norte-americana, que está empenhada em levar até as últimas consequências o massacre na Faixa de Gaza. Vocês estão vendo que é um quadro extremamente grave, e que se pode dizer que é o mais grave desde a Segunda Guerra Mundial.

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



Esse livro expressa tudo isso. E, se pegarmos os dois anteriores, temos uma grande unidade de intervenção do partido. Os camaradas podem observar que, pelo fato do POR ser um partido embrionário, a militância faz um esforço enorme para elevar as ideias revolucionárias, porque, sem o programa, sem as ideias do marxismo, qualquer partido de esquerda se perde em torno a estes conflitos, como temos visto acontecer com as correntes centristas de esquerda. São correntes que mostram todo o seu oportunismo nas condições de agravamento da crise mundial. Quanto mais se agrava a crise, mais aparece a política de cada corrente, mais vai se evidenciando a política equivocada de cada organização. Então, vejam que uma premissa fundamental é que fizemos verdadeiras campanhas de conjunto sobre na Palestina. Em São Paulo, estivemos à frente de todas as atividades, nunca perdemos uma atividade. Convocamos, divulgamos nas fábricas. Tivemos uma atividade realmente marcante. Nós nos tornamos conhecidos, ficamos muito conhecidos em São Paulo pela disciplina de intervenção nesse movimento sobre a Palestina.

Então, essa intervenção prática nos coloca muita responsabilidade. É a responsabilidade do partido que luta para enterrar o capitalismo, fazer com que a sociedade socialista emerge em meio ao capitalismo em decomposição. Somos obrigados até mesmo a reaprender, a retomar fundamentos que já foram bem estabelecidos e foram comprovados nas revoluções, como fica evidente neste estudo que vamos fazer dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista, que são documentos que não nasceram nos gabinetes, mas sim da Revolução Russa, uma revolução vitoriosa.

Se observarmos a energia que aparece nos textos quando se discutia a construção da Terceira Internacional e a comparamos com a situação de hoje, veremos que estamos em uma terra arrasada, onde não temos mais a Internacional, onde predomina um estilhaçamento de todas as correntes de esquerda, ou seja, um grande e profundo estilhaçamento das correntes de esquerda. A militância vê esse terreno como um extremamente árido, um terreno onde as condições objetivas para a revolução estão colocadas, mas existe uma crise direção enorme pela ausência do partido revolucionário.

Elevar as ideias, entender as ideias, formar quadros revolucionários é a nossa tarefa no momento. Podemos até dizer que estamos muito atrasados do ponto de vista das condições objetivas, porque as necessidades de ter um partido para derrubar a burguesia são muito grandes. E se a classe operária não reconstruir sua direção, a barbárie capitalista vai chegar a um grau que ainda é inimaginável.

Nós aqui sabemos da Primeira Guerra Mundial, da Segunda Guerra Mundial pelos livros, pelos estudos, mas certamente aqueles que viveram o cenário das guerras, os povos que viveram o cenário da guerra sabem o quanto o capitalismo é um sistema em decomposição e como emerge, nessa decomposição, as tendências mais negativas, as tendências mais destrutivas que põem em risco a própria civilização humana, que é o que nós estamos verificando quando se discute a possibilidade de uma terceira guerra. Essa é uma discussão que parecia abandonada no passado, quando a União Soviética caiu em 1991 e os Estados Unidos decidiram encerrar a chamada Guerra Fria. Então, o clima que se tinha nesse período, no início dos anos de 1990, era de desarmamento. Era de fazer os acordos pacíficos de desarmamento. Alguns de vocês vão se lembrar do Start I, Start II, que eram acordos de redução de armas nucleares. Hoje, vemos exatamente o contrário. É o retomar das tendências bélicas que ficaram submergidas nesse momento. Esse livro está expondo tudo isso. Este e os outros dois anteriores que eu acabei de mencionar.

Existe um ponto que vamos debater hoje que é a caracterização que se fazia já na Terceira Internacional, do capitalismo como um sistema econômico esgotado. Isso porque ele está na sua fase última, que é a fase do imperialismo. E a fase do imperialismo é a

fase da sua decadência, e não mais de sua ascensão. Eu vejo que, quando se fala em decadência, não é que o capitalismo não tenha condição de elevar as tecnologias que nós estamos presenciando. O mundo discute hoje sobre a inteligência artificial. Não é o fato de que o capitalismo não tenha essa possibilidade. Porque ele tem toda a base das forças produtivas que se acumularam, que se desenvolveram e uma ciência extremamente avançada, e é visível o quanto o capitalismo desenvolveu essa ciência. Não é nesse sentido. É no sentido de que toda a ciência, todo o avanço que se faz hoje, se faz sobre a base de uma profunda decomposição econômica e de uma profunda decomposição social. Vejam a situação da juventude hoje, a sua perspectiva de trabalho é cada vez mais fechada. A perspectiva, quando se entra no mercado de trabalho, é de um trabalho extremamente precarizado, com baixos salários.

E isso não apenas nos países semicoloniais, não só no Brasil, mas nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra. Países que outrora ergueram o chamado Estado de Bem-estar Social, que era ainda o sonho das reformas do capitalismo, como na Europa, e que agora os desmontam. A juventude e as mobilizações na Europa são extremamente importantes como um termômetro, como sinais de como o capitalismo está nessa fase de decomposição mundial. Cresce a dívida pública. Todos os países do mundo, os Estados Unidos, a França, a Inglaterra, são países extremamente endividados. A expansão capitalista industrial lá teve de dar lugar ao capitalismo parasitário e ao capitalismo financeiro. O resultado dessa contradição entre a concentração do capital e a propriedade privada dos meios de produção, entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais, essa contradição, que já foi demonstrada na Revolução Russa, que vai aparecer no nosso estudo, levou o marxismo a uma caracterização precisa da época imperialista.

Essa caracterização é de extremo valor e só seguem essa caracterização os marxistas de verdade. O imperialismo é a época de guerras, revoluções e contrarrevoluções. A Primeira Guerra Mundial inaugurou esse período de guerras. A Revolução Russa inaugurou o período das revoluções. E as derrotas que a classe operária sofreu no período da revolução espanhola, as derrotas militares em vários países e, finalmente, a derrubada da União Soviética nos mostram a contrarrevolução.

Se os camaradas observarem a dialética desses três elementos de guerras, revoluções e contrarrevoluções, veremos o seguinte: quais destes elementos estamos vendo imperar hoje? Estão impedindo as guerras e o que mais? As contrarrevoluções! As revoluções recuaram. Esse é o quadro mais difícil que hoje vivemos.

As novas gerações que estão aqui, os jovens e as gerações mais antigas, como a minha, estão vivendo exatamente essa confusão. Veja que o século XX foi exatamente esse retrato: guerras, revoluções e contrarrevoluções. Veja que a Segunda Guerra Mundial criou a Revolução Chinesa. A Primeira Guerra Mundial criou a Revolução Russa. Foram duas grandes revoluções do século XX que estremeceram o capitalismo.

E hoje o grande problema que estamos vivendo é que essas duas revoluções retrocederam. O retrocesso que foi provocado por essas duas revoluções abriu caminho para a barbárie social que, até então, parecia que estava sendo equacionada. Essa barbárie parecia equacionada com a reconstituição da Europa, com o Plano Marshall, com o Japão se reconstituindo, com os chamados milagres asiáticos, mesmo os milagres da América Latina. Todos os chamados milagres econômicos desabaram. E estamos, então, diante de uma tendência em que as forças produtivas altamente desenvolvidas se chocam com as relações de produção, se chocam com as fronteiras nacionais. Esse é um quadro que nós estamos vivendo e é dentro dele que nós temos de construir nosso partido.

É dentro desse quadro que todas as correntes se batem hoje: em como responder à crise mundial. As correntes em geral se enroscam e se depaenam com uma questão chave que é como explicar a

restauração capitalista com uma formulação clara, absolutamente clara, sobre o processo de restauração capitalista que destruiu a União Soviética e sobre a restauração capitalista na China, que a está levando a um conflito mundial com os Estados Unidos. Sem essa explicação e sem se basear nessa explicação, a todo momento, para elucidar a crise mundial, hoje não se pode ter uma resposta precisa para a retomada da luta de classes revolucionária. É o caso muito específico da guerra na Ucrânia. A raiz da guerra da Ucrânia, está justamente na contrarrevolução que levou à derrocada da União Soviética, que foi o estalinismo. A contrarrevolução restauracionista serve para prolongar o capitalismo em decomposição.

O estalinismo foi uma força contrarrevolucionária que comprometeu a luta pelo comunismo na fase de transição revolucionária do capitalismo para o socialismo. Fase esta que acabou criando a Terceira Internacional, portanto, criando os documentos que vamos estudar hoje. A regressão desse processo está bem espelhada na guerra na Ucrânia. Vejam em que situação, extremamente dramática, a Rússia se encontra hoje. A Rússia que fez uma revolução e que, nesse processo garantiu a autodeterminação de 17 nacionalidades. Entre estas 17 nacionalidades se encontrava a Ucrânia. Essa Rússia hoje está numa guerra com a Ucrânia, se vendo obrigada a dividir a Ucrânia, se vendo obrigada a anexar parte da Ucrânia, quando toda a luta do marxismo era contra as anexações e pela autodeterminação da nação oprimida.

Mas, ao mesmo tempo, essa mesma Rússia que está fazendo isso, está cercada pela OTAN, pelo imperialismo, que necessita penetrar nessa região da Eurásia rica em recursos naturais. Não é de hoje que se travam guerras em torno às fontes de energias, do pe-

tróleo. Você vão ver as lutas no Oriente Médio. Até a própria criação de Israel no Oriente Médio tem a ver com a luta pelo petróleo. Hoje, essa disputa pelas fontes de energia está se agravando e vai se agravar cada vez mais. Como formular uma linha quando, de um lado, temos a Rússia, oprimindo uma nacionalidade, e, de outro, o imperialismo que para cercar a Rússia necessita realizar anexações disfarçadas em integração na União Europeia e na OTAN?

Olha que contradição que nós temos de entender e responder. Por isso que, às vezes, algumas correntes falam assim: “ou se está do lado da Ucrânia ou se está do lado da Rússia”. Essa é uma forma mecânica e fácil de fugir do problema. Nós, do POR, enfrentamos essa contradição e temos uma resposta muito clara: a derrota do imperialismo, a derrota da aliança que está cercando a Rússia não vai ser feita pela via da guerra de Estados, não vai ser feita pela via da guerra com o imperialismo, mas através da luta de classes.

Se não se unir a classe operária e os camponeses ucranianos com a classe operária e os camponeses russos e se ambas não se unirem com o operariado europeu, essa guerra não vai ter solução. Podemos até ver um acordo provisório, mas as hostilidades vão continuar. Por último, veja que é mais fácil responder à guerra na Faixa de Gaza, porque é muito clara a opressão nacional, então toda a esquerda está unida sob a bandeira fim do genocídio. Estamos todos unidos. Mas veja que diante da guerra na Ucrânia estamos mais desunidos. Este novo livro tem a virtude de encarar de frente problemas históricos novos como o da restauração capitalista e velhos como o das guerras impulsionadas pelo imperialismo.

Camaradas, façamos deste livro uma arma da luta de classes e pelo socialismo. Viva a escola de quadros da regional nordeste!

Ato político em comemoração aos 35 anos do POR e lançamento de seu décimo sexto livro

No dia 4 de agosto, o Partido Operário Revolucionário (POR) realizou um ato político em comemoração aos seus 35 anos e lançou seu décimo sexto livro, intitulado “Internacionalismo Proletário – Guerras na Ucrânia e Faixa de Gaza. Resoluções dos XVI e XVII Congressos e do V Congresso do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional”.

O ato se iniciou com uma apresentação geral sobre a importância da publicação do POR. O expositor demonstrou que os livros, folhetos e revistas do partido são frutos das intervenções, das experiências e das repostas programáticas nas condições de decomposição do capitalismo e polarização entre a burguesia e os trabalhadores. O décimo sexto livro comprova o valor do método de transformar as experiências em teoria e elaboração programática, que resultam da atividade coletiva tanto interna quanto externamente. O livro que reúne os dois últimos Congressos, editoriais do jornal Massas, declarações e manifestos materializa o esforço do POR em seguir sistematicamente o desenvolvimento da crise mundial e seus reflexos no Brasil.

Para iniciar o ato, uma camarada fez a apresentação de cada um dos livros, localizando-os no seu momento e evidenciando o conteúdo geral de cada um. Os dezesseis livros foram expostos na mesa do ato. Em seguida, se iniciaram as exposições, divididas em duas partes: os dois Congressos quanto às resoluções internacional e nacional; e as formulações que constam nos editoriais. Dois camaradas expuseram as resoluções e uma camarada



da os editoriais. Para concluir, foi apresentado o folheto “110 dias da greve de técnicos administrativos em educação contra o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin: percurso da luta na UFABC”.

O camarada descreveu o processo da greve, a linha desenvolvida pelo partido e demonstrou o quanto a direção bloqueou a luta nacional em favor da política governista e levou finalmente à traição do movimento grevista. Nesse momento, ficou expresso o sentido da elaboração coletiva e das publicações do POR como uma arma na luta de classes em defesa dos explorados e do combate pela revolução social.

Em resumo, a apresentação das resoluções internacionais mostrou que a linha traçada em ambos os Congressos têm sido comprovada pelos grandes acontecimentos, como o período da pandemia, o processo de restauração capitalista que levou à liquidação da URSS, a guerra na Ucrânia, a guerra na Faixa de Gaza e a guerra comercial dos Estados Unidos contra a China. As resoluções expressaram a linha do V Congresso do CERQUI, que consta em suas duas resoluções, uma sobre a restauração capitalista e outra sobre o desenvolvimento da crise mundial.

O camarada expositor chamou a atenção para a importância do reconhecimento da crise de direção, de forma concreta e como fator histórico necessário para formular as respostas à crise mundial. Explicou o trabalho imperativo de construir os partidos-programa e reconstruir a IV Internacional sobre a base do Programa de Transição.

Em relação às resoluções nacionais, o camarada explicou a relação intrínseca entre os acontecimentos nacionais e internacionais, sendo os fatores internacionais determinantes. Nesse sentido, dirigiu suas considerações para o acerto da linha política do POR no processo de crise impulsionado pela pandemia. Nesse momento, evidenciou a interrelação entre os fatores internacionais e nacionais. Assinalou o fato de somente o POR responder à questão científica do isolamento social e sua impossibilidade de aplicação pela burguesia que protegesse os explorados em geral e não apenas uma parcela da população. A linha do POR foi a de que a luta de classes é imparável e que por meio dela os explorados poderiam levantar um programa próprio de defesa da vida em seu conjunto. Essa diretriz do POR se contrapôs tanto ao “negacionismo” obscurantista do governo Bolsonaro quanto ao do “pseudo cientificismo” da oposição burguesa, entre ela a do PT e da burocracia sindical que bloquearam a resposta dos trabalhadores.

O expositor assinalou a intervenção no momento de frente única do “Fora Bolsonaro”, não confundindo a estratégia e o programa próprio da classe operária com a estratégia burguesa do PT, PCdoB, PSOL e outras correntes que se enfileiraram por detrás da solução institucional, visando trocar um governo burguês por outro. O partido, em seguida, interveio recorrentemente nas manifestações convocadas pela burocracia sindical, dirigidas às eleições presidenciais. Combateu a farsa de que se trata de uma decisão de vida ou morte entre o fascismo e a democracia. Avançou em suas formulações sobre a imposição da situação concreta da tática do voto nulo. Deixou para trás formulações abstratas como “Voto nulo programático”. A intervenção com as reivindicações e a estratégia revolucionária nas eleições deram concretude à bandeira do voto nulo.

O camarada explicou a importância da demonstração do POR de que a eleição de Lula não representou no fundamental uma ruptura da política econômica estabelecida no governo golpista de Temer e no governo ultradireitista de Bolsonaro, eleito pelo voto popular. Exemplificou com a manutenção das contrarreformas dos governos anteriores e com as medidas de ajuste fiscal, bem como com a reforma tributária. Mostrou o quanto a dívida pública condiciona a governabilidade de Lula, tanto quanto condicionou a de Temer e Bolsonaro. Os presente puderam notar a interrelação entre as resoluções sobre a situação mundial e nacional dos dois Congressos.

Em seguida, a camarada responsável pela apresentação dos editoriais destacou três conflitos que vêm condicionando a situação mundial. 1) a guerra na Ucrânia; 2) a invasão militar de Israel na Faixa de Gaza; 3) a guerra comercial travada pelos EUA com a China. Enfatizou a caracterização de que o capitalismo vive sua etapa de decomposição. As forças produtivas altamente desenvolvidas se esbarram nas relações monopolistas de produção. Hoje, o capital se encontra altamente concentrado, a superprodução obriga a estancar ou quebrar parte das forças produtivas e o agigantamento do parasitismo financeiro leva o imperialismo a romper a partilha do mundo estabelecida após a segunda guerra mundial. Trata-se de um período de baixo crescimento geral e de tendência à estagnação, o que potencializa as crises econômicas, obrigando as potências a ampliarem a sua dominação e o saque sobre as nações oprimidas. A hegemonia dos EUA, para ser mantida, depende da ampliação da opressão sobre as nações semicolônias, de maior saque e de controle das fontes de matérias-primas. O que leva ao aumento da escalada militar. A Rússia e a China continuam sendo obstáculos à hegemonia dos Estados Unidos e sua aliança imperialista. O cerco à Rússia e a guerra comercial dos EUA contra a China gestam relações de forças, que se manifestam na forma de escalada militar e de preparação para uma guerra em maiores proporções. Essa formulação geral vai sendo explicada nos editoriais e ganhando materialidade à medida em que o partido vai expondo o curso desses três grandes acontecimentos.

A camarada assinala que o recrudescimento do cerco econômico-militar à Rússia restaurada e a consequente guerra na Ucrânia tornaram-se o epicentro da nova etapa de desintegração do capitalismo. Em particular, expôs o quanto o POR tem acompanhado rigorosamente a invasão da Faixa de Gaza pelo Estado sionista. Disse que o massacre do povo palestino marca profundamente a história de implantação do Estado sionista de Israel. Não há como apagar a brutal violência colonialista do mapa da Palestina. O sionismo não teria tido vigência e êxito histórico sem que se baseasse no capital financeiro e fosse amparado por duas potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e a Inglaterra. Em relação à guerra comercial, demonstrou que a potenciação econômica da China passou a ser um obstáculo à manutenção da absoluta hegemonia norte-americana. Apesar do processo de restauração capitalista, promovido pelo Partido Comunista Chinês, ter favorecido à penetração dos monopólios. Para o imperialismo, tanto a Rússia quanto a China têm de ceder aos interesses do capital financeiro e dos monopólios. Nesse marco de crise geral, a ofensiva da OTAN e a escalada bélica expressam as profundas contradições do capitalismo após a segunda guerra mundial. Explicou que a OTAN, concebida como instrumento da “Guerra Fria”, tinha como principal objetivo destruir a URSS e assim barrar a luta mundial do proletariado. Na última década, ganhou força e passou a ser utilizada pelo imperialismo com como meio armado para esmagar a Rússia e a China.

A expositora conclui que os editoriais levam à premissa de que o mundo está em meio a uma série de acontecimentos que indica a aceleração do ritmo dos conflitos, a ampliação das rachaduras políticas internacionais e novos alinhamentos políticos (Rússia, China, Irã) e (EUA e aliados europeus). Esses acontecimentos se acham interligados pelos impasses do capitalismo. E põem às claras que as forças produtivas chegaram a um patamar tão elevado que se chocam com as relações capitalistas de produção. Encerrou a exposição destacando a estratégia do partido de que somente com o programa da revolução social, encarnado pelo proletariado, é possível derrotar o imperialismo e retomar o elo da transição do capitalismo ao socialismo, que foi interrompido sobretudo com a dissolução da URSS. E mostrou a importância do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional tem esforçado para responder aos acontecimentos, seguindo o programa da revolução proletária, que levanta a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da Europa e do Oriente Médio. A tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, obriga a vanguarda com consciência de classe a lutar sob o programa da revolução social, proletária, socialista. É por esse caminho que se trava o combate às guerras de dominação e amadurecem as condições para sua transformação em guerras de libertação.

Após as exposições, abriu-se para as intervenções. Vários camaradas tomaram a palavra ressaltando aspectos das exposições. Questões foram levantadas, como a construção do partido-programa, de quadro leninista. Nesse mesmo sentido, se colocou a tarefa de reconstruir a IV Internacional como resultado do trabalho militante em cada país, sob o programa internacionalista. Outros camaradas relataram a participação ativa do POR no movimento contra o genocídio do povo palestino, indicando o significado concreto da estratégia de uma república socialista. Outros mostraram as dificuldades em organizar a luta anti-imperialista contra o cerco da OTAN à Rússia e pelo fim da guerra. As intervenções convergiram na importância da avaliação de que a linha do POR tem sido comprovada pelos acontecimentos.

O ato foi encerrado com os presentes de pé e punhos erguidos, saudando os 35 anos do POR e exaltando a bandeira de fim do genocídio do povo palestino e pela defesa das nações oprimidas contra a dominação imperialista. Viva a reconstrução da IV Internacional!



NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XX - Agosto de 2024

(11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Política Operária

Campanha salarial está se encerrando sem luta

Crescem os ataques dos patrões aos empregos, salários e direitos

Burocracia sindical de corpo inteiro na caça de votos

Setembro está chegando. A campanha salarial não saiu do papel. A direção do sindicato metalúrgico vem fazendo os acordos de PLR. Não houve assembleias para organizar uma campanha que possa enfrentar os patrões. Há um descontentamento generalizado com a imposição das terceirizações. As empresas terceirizadas estão cada vez mais arrancando nosso couro. Nas fábricas, o número de trabalhadores terceirizados cresce dia a dia. As denúncias de superexploração e de quebra de direitos estão em todas as empresas. As demissões continuam, basta ver o que ocorreu nesse mês na GM. O patronato está livre para terceirizar, impor demissões, PDV, lay-off etc. Conta, para isso, com o consentimento das direções sindicais, que aceitam os acordos antioperários.

Há alguns meses, o Boletim Nossa Classe vem defendendo uma campanha salarial de luta, com assembleias fábricas e assembleias gerais, para organizar o combate aos capitalistas. Mostrou que sem luta, sem greve, não era possível conquistar as reivindicações salariais e de direitos trabalhistas. Denunciou a burocracia do

sindicato que divide os metalúrgicos em grupos, enfraquecendo a força coletiva da classe. Mostrou o quanto esse método de divisão e de acordos por grupo têm sido nefastos aos trabalhadores.

Agora, depois que enterrou a campanha salarial, os burocratas tiraram da cartola uma carta de reivindicações, para ser entregue aos candidatos às prefeituras. Quer que a classe operária tenha ilusões que esse é o caminho para se obter conquistas, com o tal comprometimento dos politiquieiros. Falso! Pela via das eleições, não garantiremos os empregos, salários e direitos. O nosso caminho é a luta direta, a nossa força coletiva.

O Boletim Nossa Classe insiste que somente uma campanha salarial unificada, organizada a partir das assembleias, sob o método grevista, será possível arrancar nossas reivindicações. Denuncia a política traidora dos burocratas vendidos e eleito-reiros. E chama a vanguarda com consciência de classe a trabalhar pela recuperação de nosso sindicato para a luta de classes.

Campanha do Boletim Nossa Classe contra as demissões na GM de São José dos Campos

No dia 30 de julho, os militantes do POR fizeram a entrega do Boletim Nossa Classe na GM de São José dos Campos, chamando os operários a exigirem que o sindicato, ligado a Conlutas/PSTU, convocasse uma assembleia geral, para unificar a luta dos metalúrgicos contra as demissões de 50 operários, realizada pela multinacional entre os dias 22 e 26 de julho. Frente as demissões, a burocracia traidora, em lugar de realizar uma assembleia geral com todos os turnos, e defender a greve por tempo indeterminado até a reintegração dos operários demitidos, fez o contrário. Os burocratas dividiram os operários, realizando paralisações de 2 horas por turnos.

No dia 30, colocaram fim às paralisações depois de negociar com a empresa o seguinte acordo: “dois meses de estabilidade, reintegração dos demitidos e se for necessário demitir, que abra o PDV”. Ou seja, deixaram mais uma vez a GM com as mãos livres para demitir os operários por meio do PDI, agora com o aval do sindicato. Frente a mais essa traição, aos operários da GM só existe um caminho: expulsar os burocratas vendidos e construir uma comissão de fábrica de luta, classista e revolucionária.

O Boletim Nossa Classe defendeu unificar a luta dos operários da GM, da Avibras, que também estão em luta contra as demissões, e demais metalúrgicos de São José em defesa dos empregos, salários e direitos. Combater as demissões lutando pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários! Reafirmamos: emprego não se negocia. Se defende com a greve, com a ocupação das fábricas e implantando o controle operário da produção. Exigir que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. O Boletim Nossa Classe defendeu também a necessidade dos operários da Avibras aprovarem a ocupação da fábrica e implantar o controle operário da produção. Que somente por meio da ação direta e coletiva, será possível impor a estatização, sem indenização aos capitalistas da Avibras.

A última nota do boletim chama os operários a não terem nenhuma ilusão nas eleições burguesas e acreditar apenas em nosso método próprio de luta que são a greve, a ocupação de fábrica e bloqueios para defender nosso programa próprio de reivindicações. A tarefa colocada é a de construir nosso próprio partido, operário revolucionário, para expropriar a burguesia do poder e constituir um governo operário e camponês.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

Denúncia dos operários da empresa SeSe, terceirizada da Mercedes

Os operários da empresa SeSe, terceirizada que presta serviços na Mercedes, enviaram mais denúncias da superexploração, demissão e perseguição que vem fazendo a patronal aos trabalhadores que reivindicam seus direitos. Um operário denunciou revoltado que “há um ano que acumulamos banco de horas e foi dito que seria pago em 6 meses, depois passou para um ano e finalmente chegou e, sempre que pedimos a quantidade de banco de horas, isso ‘Nunca’ foi passado. Uma hora porque o RH não fornecia, outra hora o coordenador Axion, mais conhecido como caju, dizia que daria e por fim, nunca deu. Até que um certo dia fomos convocados para uma reunião às 23:35, sendo que paramos às 23:50 horas, para fazer uma votação que seria sobre o banco de horas, para decidir se o pagamento dessas horas seria em dinheiro, pagamento em 4 vezes ou no VA em 3 vezes, sendo que ninguém sabia a quantidade de horas que tinha. Fomos fechados na sala cerca de 20 pessoas para fazer essa votação. Questionamos a quantidade de horas e o caju coordenador disse que tinha o percentual não o exato, então a maioria se recusou a votar, ele caju disse vocês tem que votar agora!!! E o pau fechou, porque não queríamos votar por uma coisa que não sabíamos que seria o melhor e caju disse ‘vocês que sabem, se não votar vai ser o que a maioria decidir no geral’. Aqui entre nós, isso já estava decidido há tempos. A maioria se retirou, ficando no máximo 6 companheiros e não foi mostra-

do nada em relação a essa votação. Para mim a votação deve ser aberta, para todos verem, não sabemos o que os outros votaram. Resumindo, foi decidido ser pago em VA e pagaram o que eles quiseram, porque até hoje não sei quanto de horas eu tinha, e digo pelos meus companheiros que também não sabem. Infelizmente, o nosso sindicato não faz nada. Já fui até lá e liguei várias vezes pedindo os ‘acordos’ que tanto falam e ficam naquele jogo de empurrar.” Outro operário denunciou que a empresa cancelou as férias de companheiros que já tinham um ano seis meses.

As denúncias dos operários terceirizados da SeSe, Braskem e Cinpal mostram que a terceirização significa maior exploração da força de trabalho, baixos salários, retirada de direitos, e que afeta a todos os trabalhadores, em todas as fábricas. Deixam claro também o papel traidor do sindicato metalúrgico do ABC, que faz os acordos de terceirização, permitindo a superexploração dos operários pela Mercedes e demais empresas.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores terceirizados a se organizarem no chão de fábrica para construir uma comissão classista e revolucionária para organizar a luta em defesa das reivindicações, que unificam os operários terceirizados e efetivos. Lutar como uma só classe contra os patrões parasitas, expulsar os dirigentes sindicais traidores e resgatar o sindicato para a luta de classes.

Operários da Tshara, polo abril São Lourenço e da Lorenzetti reclamam dos salários baixos e da alta rotatividade

Na distribuição do Boletim Nossa classe, os operários da Tshara e da Lorenzetti reclamaram dos salários baixos. Denunciaram a campanha mentirosa da grande imprensa de que “os preços da cesta básica caíram e que o consumo das famílias aumentou”. Outros disseram: “o aumento do salário mínimo não deu para comprar quase nada”. Foi unânime a fala de que tem crescido a rotatividade nas fábricas. E que as condições de trabalho estão cada vez piores.

Os militantes do Boletim Nossa Classe puderam mostrar que não se trata de problemas dessa ou daquela fábrica. Os salários não acompanham a elevação do custo de vida e a condições precárias de trabalho têm provocado muitas enfermidades. E que as reclamações/ denúncias precisam ser transformadas em luta coletiva. O que permitiu explicar a importância de um sindicato de luta e das assembleias.

Formação política do Boletim Nossa Classe

Os sindicatos e a ação direta

Os sindicatos potenciaram a ação direta, que é o método próprio de luta do proletariado (assalariados). A ação direta - na forma de revoltas, quebra de máquinas, sabotagens a produção etc. - possibilitou, no passado, o surgimento dos sindicatos. Esses organismos, criados pelos operários, foram aprimorando os métodos da ação, as greves, manifestações, ocupações de fábricas etc. Permitiram dar ao método da ação direta a coesão coletiva e colocar a necessidade da unidade de classe, da classe operária, contra classe capitalista. A luta organizada dos sindicatos, baseada na ação direta, assinalou o princípio da luta política, revolucionária contra os exploradores. A atividade sindical das massas, movida pela luta de classe, fez dos sindicatos a primeira escola revolucionária do proletariado.

As tendências instintivas de revolta contra a exploração da burguesia (dos patrões), passaram a se manifestar organizadamente. O choque organizado contra os patrões obrigou o proletariado a observar suas próprias experiências e aprender com elas. A experiência de luta da classe operária no Brasil - e no mundo - mostrou que todos os direitos conquistados, como a

redução da jornada de trabalho para 8 horas, férias, 13º e outros, foram impostos aos patrões e aos governos burgueses por meio da ação direta, das greves, como as grandes greves dos metalúrgicos do ABC e de São Paulo, na década de 70 e 80. A partir da década de noventa, as direções sindicais ligadas a CUT e demais centrais, abandonaram a ação direta e adotaram a política de conciliação de classes e passaram a negociar os acordos sem luta de demissão, terceirização, redução de jornada, com redução de salários, PDV, Lay-off, que só beneficiam os patrões. Os dirigentes traidores inventaram a conversa de que não é mais necessário fazer greves. Mentem dizendo que é possível através do diálogo, das negociações defender os empregos, salários e direitos.

Conclusão: a política de conciliação só trouxe derrotas, demissões, redução de salários e direitos para a classe operária. Por isso, a tarefa colocada é a de construir as comissões de fábricas de luta, classista e revolucionárias em todos as fábricas, para expulsar a burocracia traidora e resgatar o sindicato para defender as reivindicações da classe operária por meio da ação direta, das greves, manifestações e ocupação de fábrica.



Só a luta com independência de classe pode pôr fim à opressão histórica do Estado Sionista de Israel sobre a Palestina

A invasão do Estado sionista de Israel completou 10 meses. Mais de 40 mil palestinos foram mortos. Mulheres e crianças têm sido as maiores vítimas dos bombardeios de Israel. Além de invadir militarmente a Faixa de Gaza e impor a colonização na Cisjordânia, o governo de Israel, com o auxílio financeiro e militar dos Estados Unidos, atacam o Líbano, assassinam lideranças do Hamas na Síria e Irã e se prepararam para alastrar a guerra em todo o Oriente Médio.

Diante do genocídio e dessa barbárie social que se espalha por

toda a região, a classe operária e demais trabalhadores não podem ficar em silêncio. Tem ocorrido manifestações em São Paulo, mas as direções sindicais não se esforçam por organizar os trabalhadores para que possam ganhar as ruas, constituindo uma frente única anti-imperialista. Temos de defender a autodeterminação do povo palestino, o que significa lutar pelo fim da guerra. O Boletim Nossa Classe faz também a defesa de uma República Socialista da Palestina, pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, como parte da revolução social.

Rio Grande do Norte

Reitoria impõe demissão de trabalhadoras terceirizadas da limpeza em nova licitação

Após várias paralisações por atraso de salários e a conquista do pagamento direto dos salários pela universidade, a Reitoria resolveu encerrar o contrato da limpeza com a empresa Criart, e realizar uma licitação em busca de uma nova empresa. Toda mudança de empresa implica a demissão dos trabalhadores que estavam na empresa anterior para serem recontratados na seguinte. Geralmente, a burocracia estatal e os capitalistas se aproveitam desses momentos para jogar uma parte dos trabalhadores no desemprego. Essa é a realidade da maldita terceirização.

Com o fim da licitação, a empresa SOLL venceu e assumiu o novo contrato em 5 de agosto. As trabalhadoras serventes de limpeza foram surpreendidas com um corte de cerca de 10% dos postos de trabalho. Estima-se que 37 trabalhadoras foram demitidas, ou seja, não foram reabsorvidas pela nova empresa. A responsabilidade desse corte, no entanto, é não só da nova empresa, mas principalmente da Reitoria que, no momento da abertura da licitação, estabeleceu índices de produtividade maiores, levando a uma redução de postos de trabalho e as consequentes demissões, de um lado, e sobrecarga, de outro. Para se ter uma ideia, as metas estabelecidas pela Reitoria na nova licitação chegam a ser o triplo dos limites estabelecidos pela Instrução Normativa 05/2017, publicada pelo governo Temer, que rege as contratações.

A onda de demissões despertou uma reação inclusive em setores da burocracia universitária, como gestores de Centros da

UFRN, que chegaram a reclamar à nova empresa e à Reitoria o retorno dos trabalhadores demitidos aos seus postos de trabalho. Certamente, essa rejeição se dá por meios da própria institucionalidade, mas servem como exemplo para mostrar o grau de violência em que a Reitoria e nova empresa realizaram o corte de postos de trabalho.

Com relação ao Sindlimp/RN, sindicato que representa juridicamente a categoria, este realizou uma assembleia no dia 02 de agosto, apenas para passar informações sobre as verbas rescisórias referentes à empresa Criart. Com relação às demissões, o dirigente sindical apenas fez referência à redução de postos de trabalho na nova licitação e chegou a falar que para essas trabalhadoras existe o seguro-desemprego, numa clara posição de abandono das trabalhadoras demitidas à sua própria sorte.

O isolamento da luta contra as demissões, por parte das demais direções (SINTEST, ADURN e DCE), é um obstáculo para que se organize um forte movimento pela recontração de todas as trabalhadoras demitidas. A Corrente Proletária - CPE/POR tem atuado, junto ao Comitê em Defesa dos Terceirizados, com uma campanha de denúncias e abaixo-assinado nas salas de aula e corredores, como um meio para chamar os estudantes e trabalhadores efetivos a se organizar e lutarem em defesa dos empregos das trabalhadoras terceirizadas. Faz parte dessa campanha a reivindicação de efetivação imediata de todos os terceirizados e fim da terceirização.

São Paulo – UFABC - Nota do Boletim da Corrente Proletária sobre a luta contra a terceirização

Não permitir o calote e a retirada de direitos!

Projetar a luta pelas reivindicações com a ação direta coletiva

Depois do calote no pagamento dos salários da empresa terceirizada, com a greve dos vigilantes em 26 de julho, a UFABC pagou, em 31 de julho, o salário, vale-alimentação e vale-refeição relativos a junho. Nesse intervalo, a empresa Lógica pagou o vale-alimentação e o salário referentes a junho nos dias 29 e 30 de julho. Em apenas três dias úteis após a paralisação, os trabalhadores receberam de forma duplicada os pagamentos atrasados em mais de vinte dias. Por outro lado, nem a UFABC nem a empresa pagaram a parcela do Programa de Participação nos Resultados (PPR) prevista

até julho. Pela Convenção Coletiva de Trabalho dos Vigilantes (§ 3º da Cláusula Quinta), pelo período de atraso do salário, a multa a ser paga aos trabalhadores corresponde a uma remuneração mensal. Assim, os pagamentos realizados pela Lógica equivalem a esse valor de indenização. Porém, se a empresa não paga os salários em dia, certamente não pretenderá pagar os demais direitos. Ou seja, os patrões realizaram os pagamentos pensando apenas nos seus próprios interesses, tentando amenizar as sanções à empresa, que sumiu por mais de vinte dias.

Agora em agosto, novamente, a Lógica pagou apenas o vale-transporte, sem deixar de descontar qualquer centavo por falta. Os “benefícios” usados para minimizar os salários miseráveis nesse caso também serve para a empresa dizer que garantiu a locomoção dos trabalhadores. Fato é que chegamos ao 5º dia útil sem o pagamento do salário referente ao mês de julho. A empresa sequer enviou a folha de pagamento para a UFABC. A Reitoria, por sua vez, ignorou a Carta de Reivindicações entregue na Reunião de Negociação e, apesar das declarações no dia da paralisação, não rescindiu o contrato com a empresa, nem garantiu a alimentação aos vigilantes durante o atraso nos pagamentos.

O contrato com a Lógica tem vigência até 02/10/2024, portanto está terminando, independentemente de uma rescisão antecipada ou não. Com o fim do contrato da UFABC com a Lógica, ocorrerão as demissões. Outra vez, os vigilantes serão submetidos ao desemprego e às intimidações. A experiência mostra que as direções sindicais vendidas não só aceitam as demissões, como homologam as rescisões, sem questionar os cálculos trabalhistas realizados pela empresa. O que coloca os vigilantes numa sinuca de bico, pois precisam recorrer às ações judiciais que demoram anos para receber os seus direitos de forma integral, e ficam expostos nas contratações.

Como se vê, os vigilantes individualizados ficam fragilizados diante dos patrões e das burocracias pró-capitalistas que se movem conforme os seus próprios interesses. Assim ocorre quando os salários atrasam: os vigilantes continuam trabalhando e os burocratas enrolando os trabalhadores — afirmando que estão fazendo tudo o que está a seu alcance. Ao contrário, a organização coletiva muda esse quadro. A breve paralisação do dia 26 mostrou que o método da ação direta coletiva coloca as reivindicações dos trabalhadores em primeiro plano. Esse é o caminho para mostrar a força coletiva dos trabalhadores, exigir o pagamento integral e imediato dos salários e demais direitos, e combater o mal pela raiz, exigindo a efetivação imediata como servidores públicos.

A terceirização é a forma capitalista de extrema precarização do trabalho e, por isso, é preciso da solidariedade e luta conjunta

São Paulo

A Corrente Proletária continua na luta contra o fechamento de salas de aula

No dia 3 de agosto, ocorreu a Reunião de Pais e Mães na EE Prof. Marcos Antônio Costa. Durante o replanejamento, nos dias 25 e 26/07, os professores foram surpreendidos com o aviso do fechamento de três salas de aula. Após denúncia dos professores, a Corrente Proletária iniciou a apuração se se tratava de um ato autoritário do dirigente da DE Leste 3, ou se mais escolas estavam passando pelo mesmo problema. De imediato, constatou que foram fechadas 16 salas de aula na região, havendo probabilidade de muito mais, já que a ordem da Seduc é fechar a cada bimestre as salas com quantidade de alunos inferior ao estipulado, 35 e 45 alunos.

A Corrente Proletária denunciou o fechamento e organizou a luta de pais, alunos, professores e funcionários. Partiu da experiência de que é preciso cobrar na diretoria de ensino a abertura das salas. Para isso, foi e é preciso a mobilização direta. Foi o que ocorreu na EE Prof Carlos Henrique Liberalli, em 2023 e, em junho agora, na EE Prof. Décio Ferraz Alvim. A ação unitária dos pais, professores e estudantes conseguiu barrar o fechamento da EJA e salas regulares.

Na reunião de pais da EE Marcos Antônio, a Corrente Proletária explicou a luta que vem travando e que é possível impedir que salas e cursos sejam fechados, como o caso da EJA. Mostrou as consequências nefastas do fechamento de salas, tanto para os alunos, quanto para os professores. E fez um chamado para que os pais venham a participar desse combate.

de todos os trabalhadores, não somente os diretamente afetados nesse momento. É dever de todos os sindicatos e centrais sindicais levantem uma luta geral contra a terceirização e os desmandos das empresas terceirizadas.

Todo apoio às reivindicações e luta dos vigilantes! Que os Sindicatos dos Vigilantes de Santo André e São Bernardo convoquem, imediatamente, uma assembleia presencial unificada na UFABC! Que o SINTUFABC encampe a luta em defesa dos vigilantes! É preciso lutar pela efetivação imediata de todos os terceirizados da UFABC! Que a UFABC pague imediatamente os salários e direitos dos vigilantes, inclusive as indenizações e o PPR! Pela incorporação dos benefícios e PPR nos salários!

R\$5

Adquira
com o
distribuidor
do jornal
Massas:

**110 dias de Greve de
Técnicos Administrativos em
Educação contra o governo
burguês de frente ampla de
Lula/Alekmin: percurso da
luta na UFABC**



Traição das burocracias colaboracionistas demonstra a necessidade de erguer oposições classistas e revolucionárias e constituir uma nova direção!



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



MASSAS
O JORNAL DA REVOLUÇÃO TRABALHADORA

Esse trabalho da Corrente Proletária evidencia a disposição de luta dos professores, funcionários, estudantes e pais. Reconhece que, para enfrentar uma política de governo, é preciso um combate mais geral. Isso por que o fechamento de salas e cursos é uma medida do governo Tarcísio para toda rede estadual, que abarca cerca de 5 mil escolas. No entanto, o governo se encontra de mãos livres, porque não há uma ação coletiva da Apeoesp contra o fechamento de salas e demissão de professores. A experiência de movimentos por escola não barra a ação centralizada do governo. Basta ver os exemplos das PEIs e, agora, das escolas cívico-militares.

Está aí por que a Corrente Proletária vem insistindo para que a Apeoesp convoque as assembleias estaduais e aprove o caminho do enfrentamento às medidas anti-educacionais do ultradireita Tarcísio de Freitas. E vem insistindo, também, para que a subseção de Itaquera, em particular, convoque as reuniões de Representantes de Escolas de forma presencial, para que se delibere coletivamente o caminho da luta na região.

A defesa da educação pública, gratuita, laica em todos os níveis é uma reivindicação democrática. Os governos, sejam de direita ou de esquerda, não podem levar a cabo essa reivindicação. Não se colocam pelo fim da rede privada de ensino e pelo sistema único de educação, sob o controle de quem estuda e trabalha. Sobre a base dessa orientação, a Corrente Proletária vem travando um combate contra os ataques dos governos à educação.



São Paulo

Campanha da Corrente Proletária contra as escolas cívico-militares

A Corrente Proletária vem fazendo um combate junto às escolas indicadas pelo governador ultradireitista Tarcísio de Freitas. Defendeu no Conselho de Representantes, em junho, que a Apeoesp convocasse uma assembleia estadual para encaminhar coletivamente a luta. No entanto, a burocracia e as correntes que fizeram parte da chapa 1 (em particular o PSOL) se colocaram contra e aprovaram as mobilizações regionais, discutindo com pais, alunos e professores das 300 escolas elencadas. Portanto, a mesma política tomada quando da implantação das PEIs. Isso quando a experiência há mostrou que não se trata de um combate limitado às escolas afetadas, mas sim de uma projeto educacional bolsonarista, que teve início com a “Escola sem Partido”. Para toda rede estadual. A tática dos governadores é sempre a mesma, iniciar com algumas escolas, e depois ir ampliando. As PEIs começaram com 100 e hoje atinge mais de 2 mil escolas, metade da rede. Tarcísio anunciou que seriam 100 escolas, indicou 300, sabendo que uma parte poderia recusar o projeto de escola cívico-militares.

No final de julho, com a retomada das aulas, a Corrente Proletária divulgou um Boletim, que vem sendo distribuído nas escolas. Reproduzimos a nota que diz respeito às escolas cívico-militares.

Abaixo as escolas cívico-militares! Fora a polícia das escolas! Em defesa da escola pública e democrática!

O PL 9/2024, que institui as escolas cívico-militares em São Paulo, foi aprovado em maio na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Depois, o governo publicou uma lista de escolas “candidatas” a aderirem ao projeto. Agora, tais escolas terão de realizar uma “consulta” (votação) às comunidades, ou seja, aos estudantes, seus familiares, professores e funcionários. A expectativa do governo estadual é de que entre 50 e 100 escolas do modelo já estejam em funcionamento em 2025. Vale lembrar que o prefeito Nunes já indicou a possibilidade de adotar o modelo para as escolas do município.

A Corrente Proletária na Educação/POR defende que os sindicatos, em unidade com o movimento estudantil, ergam uma poderosa campanha desde as escolas e os bairros, para pôr abaixo as escolas cívico-militares. O que passa por combater as ilusões alimentadas pelo ultradireitista Tarcísio junto à população, de que o modelo cívico-militar serviria para “pôr ordem no caos”, isto é, para combater a indisciplina e a violência, que seria a base para permitir um avanço na aprendizagem dos jovens.

Tendo em vista esse objetivo, a Corrente Proletária elaborou uma síntese com 5 motivos para os trabalhadores rejeitarem o Projeto de militarização:

- 1) a militarização não resolverá os problemas da violência, da indisciplina e da baixa aprendizagem;
- 2) o projeto está sendo imposto de forma autoritária e truculenta;
- 3) O governo quer usar a PM, uma instituição violenta, racista e assassina para supostamente “acabar” com a violência nas escolas;
- 4) na prática, prevalecerá nas escolas o autoritarismo típico dos quartéis, eliminando o pensamento crítico e liberdade de pensamento e
- 5) nas escolas militares não há liberdade para a organização sindical independente dos professores e funcionários (e dos estudantes).



O caminho para a vitória sobre o governo passa pela mobilização massiva e centralizada. A via do embate pulverizado, escola por escola, favorece o governo, que manipula as votações, persegue os contrários ao projeto e utiliza os gestores submissos e reacionários para conseguir o resultado esperado. É evidente que devemos intervir desde as comunidades, mas é fundamental canalizar esses choques em um movimento centralizado, ocupando as grandes avenidas com manifestações multitudinárias.

Intervenção da Corrente Proletária nas regiões

Mobilizações nas quatro escolas da subsede Lapa

Na Subsede da Apeoesp na Lapa, com o retorno das aulas, houve a intensificação do combate às escolas cívico-militares. Na região, os diretores de quatro escolas aceitaram a indicação de Tarcísio: EE Anilza Piolli, EE Raul Cortez, EE Prudente de Moraes, EE Manuel Ciridião Buarque. Os conselheiros e representantes de escolas realizaram reuniões com professores, pais e estudantes. Diretores das escolas Raul Cortez e Prudente de Moraes tentaram de todas as formas impedir que a Apeoesp falassem com os professores, estudantes e pais. O objetivo dessas visitas era a de constituir um comitê de luta, envolvendo pais, professores, funcionários e estudantes.

No dia 3, foi constituído o Comitê. Nessa reunião, os participantes informaram o trabalho já realizado e aprovaram o calendário de luta da semana seguinte. As correntes vinculadas à chapa Oposição Combativa avaliaram a política da direção da Apeoesp, que se recusa a convocar uma assembleia estadual e defenderam a luta unitária para barrar os ataques do governador Tarcísio. Nessa reunião, também foi importante do pronunciamento de uma mãe que teve seu filho assassinado pela polícia, evidenciando o papel da polícia nos bairros pobres e ligando com a presença da polícia no interior das escolas, como propõe a escola cívico-militar.

Na semana de 5 a 9, ampliou-se a campanha junto a essas quatro escolas. Na escola Anilza Piolli foi realizada uma assembleia com estudantes e professores. Momento em que foi exposto o conteúdo real do projeto de Tarcísio. No dia 5, os militantes da Apeoesp participaram da reunião do Conselho de Escola, onde estavam presentes alguns pais. O objetivo da diretora era constituir um

Conselho às pressas com pais favoráveis ao projeto. Nessa reunião, a diretora procurou convencer os pais e alunos de que o projeto é a única forma de trazer recursos à escola e conseguir segurança aos alunos. Ou seja, engrossou a campanha do governo e da grande imprensa. Os militantes expuseram o verdadeiro objetivo de Tarcísio, denunciaram as terceirizações e a privatização e trouxeram os exemplos da implantação desse modelo de escola no Paraná. Na escola Anilza, a votação ocorrerá no dia 12.

No dia 8, a reunião ocorreu na escola Manuel Ciridião Buarque. Na conversa, ficou claro que o interesse da diretora em aprovar o projeto do governador. O fundamental está em que os professores e pais se colocaram contra. Nesse dia, houve a panfletagem na porta da escola e falas no carro de som. A semana se encerra com a reunião na escola Raul Cortez, na qual a diretoria pretende votar o projeto. O período e votação se encerrará no dia 15 de agosto. Assim, na próxima semana, terá de intensificar o movimento.

Luta contra a implantação das escolas cívico-militares na região da Subsede de Itapecerica da Serra

A Subsede Itapecerica da Apeoesp abrange uma extensa área, que envolve os municípios de Taboão da Serra, Embu das Artes, Embu Guaçu, Juquitiba, São Lourenço e Itapecerica da Serra. Na lista de escolas elegíveis para a adesão ao modelo cívico-militar se encontram 17 escolas, de duas Diretorias de Ensino (DE): 14 na DE de Itapecerica e 3 na DE de Taboão.

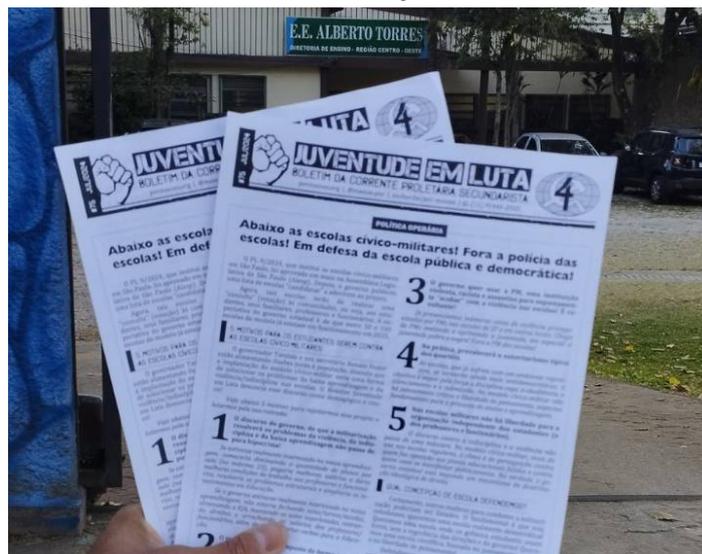
A Chapa 2 regional da Oposição Unificada Combativa, da qual a Corrente Proletária na Educação faz parte, tem participado ativamente da campanha. Começou pressionando a direção da Subsede (correntes Unidos Pra Lutar, Apeoesp na Escola e na Luta e FOS) a convocar uma reunião ampliada (ou seja, aberta à participação de não-conselheiros) da Executiva, o que de fato acabou acontecendo. Nessa reunião, que contou com a presença de estudantes contrários à militarização, foram tomadas deliberações práticas, de organização da campanha: ofícios aos diretores de escola, colagem de cartazes, ação de propaganda com um carro de som nos bairros etc., com destaque para as visitas às escolas da lista, dando prioridade àquelas em que o movimento já havia dado um passo à frente. A ideia era simples: impulsionar a luta onde aparentemente seria mais fácil conquistar uma vitória, ou, pelo menos, obter uma visibilidade para a mobilização, de maneira a servir de exemplo para as outras.

Assim, a campanha começou nas escolas Prof. Leda Felice Ferreira e Marechal Henrique Teixeira Lott. As panfletagens e

reuniões com os professores foram positivas. Entre os estudantes, a posição contrária se mostrou amplamente majoritária. Entre os docentes também, embora alguns permaneçam iludidos com a falsa hipótese de uma melhora na questão disciplinar. Entre os funcionários de escola, o apoio ao projeto demonstrou ser maior do que entre estudantes e professores, muito provavelmente devido a esse setor sofrer com particular agudeza o impacto da violência no cotidiano escolar, dada a escassez de funcionários (que leva à sobrecarga de trabalho), os baixos salários, o desvio de funções, entre outros problemas.

Na escola Dr. Eduardo Vaz o movimento acabou descobrindo que os estudantes, de forma independente, colaram cartazes e começaram a se manifestar contra a militarização. Essa campanha deve continuar e se intensificar nos próximos dias, apesar da suspensão temporária do projeto, devido à ação judicial ganha pela Apeoesp. Como não é possível confiar na Justiça burguesa, a Subsede tem o dever de manter a mobilização de pé.

A Corrente Proletária tem feito uma agitação nas escolas, levando o material do sindicato e os seus próprios panfletos, debatendo com professores, funcionários estudantes e suas famílias. Trata-se de mostrar o significado e os impactos concretos da implementação do nefasto projeto. Trata-se de ligar as reivindicações mais sentidas em cada escola à luta contra as escolas cívico-militares. E trata-se, finalmente, de exigir das direções, tanto do movimento sindical quanto do estudantil, que organizem o combate coletivo e convoquem os atos de rua, única forma de derrotar definitivamente a militarização.



São Paulo

Máfia das Creches conveniadas

Mais corrupção envolvendo o prefeito Ricardo Nunes/MDB e seus aliados

Recai sobre o prefeito Nunes/MDB, candidato à reeleição à prefeitura de SP, uma longa ficha de corrupção e fraudes. Nos momentos eleitorais, vêm à tona denúncias de toda sorte sobre o prefeito. Nessa semana, a imprensa noticiou uma investigação da Polícia Federal, que já dura três anos, sobre a máfia das creches, a chamada de Operação DayCare.

Diz que de 152 creches, 112 apresentavam indício de irregularidades na prestação de contas. A PF apura que as empresas produziam notas fiscais falsas de produtos que não eram comprados para as creches conveniadas. Com isso, foram mais de R\$ 1 bilhão em quatro anos saírem dos cofres públicos. Tudo indica que Nunes e seus apadrinhados foram os favorecidos.

A apuração de vários crimes do prefeito e de sua família, feita pelos órgãos da burguesia, não serviu e não serve para nada. A prefeitura continua entregando recursos às creches conveniadas.

O Boletim da Corrente Proletária defende a obrigatoriedade do Estado, que inclui as prefeituras, de sustentar a educação pública. Rejeita toda forma de ensino privado, bem como, as parcerias público-privado, como são a maioria das creches em São Paulo. Luta para que haja um único sistema de ensino, gratuito, controlado por quem estuda e trabalha. E tem em sua plataforma o fim das creches conveniadas. O que significa a transformação de todas essas creches em públicas.

Ceará - Fortaleza

É preciso lutar pelas reivindicações não atendidas na greve do magistério municipal



A greve dos professores da rede municipal deste ano (fevereiro/2024) terminou, após 8 dias, com a aceitação vergonhosa do reajuste em 4,62% por parte da direção do Sindiute e sem o atendimento das demais reivindicações da categoria. Ficaram de fora por exemplo: a isonomia de direitos entre novos concursados

e veteranos (licença prêmio, anuênio), a reivindicação de CLT para os substitutos, a derrubada do confisco de 14% dos aposentados, o pagamento das pecúnias etc.

A resposta da direção do Sindiute foi de que os demais pontos seriam conquistados, não por meio da greve, mas com projetos de lei na Câmara Municipal, apresentados por vereadores da oposição. Hoje, os professores não acreditam mais nesta via e o próprio sindicato colocou as barbas de molho quanto conquistar estes pontos contrariando a base de Sarto/PDT.

A Corrente Proletária na Educação/POR defende a convocação de assembleia presencial para discutir e aprovar um plano de lutas por estes pontos pendentes. Defende que os novos concursados tenham assegurados os mesmos direitos que os veteranos, defende a estabilidade no emprego a todos (efetivação de todos os substitutos), defende o fim do confisco dos 14%, mas além disso a revogação da reforma previdenciária de Sarto, o pagamento imediato das pecúnias etc.

É preciso retomar imediatamente o calendário de luta sobre esta base, convocar zonais, que sempre foram uma tradição da categoria (combatida nos últimos tempos pela atual diretoria) e chamar a magistério a apostar no método da ação direta.

Minas Gerais

Zema amplia a privatização das escolas

Em mais uma ofensiva contra a educação pública em Minas Gerais, o governador Romeu Zema (Novo) iniciou uma nova etapa do processo de privatização das escolas estaduais. O Projeto Somar, que iniciou com um programa-piloto há cerca de dois anos, transfere a gestão escolar do governo para Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Agora, Zema pretende expandir o modelo para 80 escolas. Embora afirme se tratar de um processo de “gestão compartilhada”, o governo, de fato, entrega os recursos financeiros às (OSCs), e estas controlam toda a administração das escolas, inclusive o processo ensino/aprendizagem.

O projeto Somar representa o avanço do capital sobre o setor público. Situa-se em um quadro mais amplo de expansão das privatizações, a exemplo do que estão fazendo os governadores Ratinho Jr. e Tarcísio de Freitas, do PR e SP, respectivamente. No caso paranaense, o Programa “Parceiro da Escola” autoriza a venda, inicialmente, de 204 escolas. Em SP, o ultradireitista Tarcísio autorizou a abertura da licitação para a privatização da administração de 33 escolas estaduais. São medidas que visam o “enxugamento do Estado”, totalmente de acordo com o receituário ditado pelos organismos do imperialismo, atendendo, no fundo, à pressão do capital financeiro em relação à dívida pública.

Essas privatizações demonstram a inviabilidade da coexistência harmônica entre o ensino público e o privado. Diante da crise estrutural do capitalismo, a burguesia necessita explorar novos mercados para valorizar seus capitais. A lógica expansionista, que é inerente ao capital, se impõe com tal força, que a própria existência do setor público passa a se colocar como um obstáculo

ao crescimento do privado. Trocando em miúdos, os capitalistas da educação são impelidos a avançar sobre a rede pública. Zema, Ratinho Jr. e Tarcísio, nesse sentido, se posicionam como lacaios desses interesses privatistas.

Como se vê, os governos de SP, PR e MG têm uma prática bem articulada quando se trata de atacar os direitos dos trabalhadores. Procuram, evidentemente, se apresentar como alternativas eleitorais para preencher a lacuna deixada por Bolsonaro. Enquanto isso, do ponto de vista dos trabalhadores, reina a dispersão e a desorganização. As direções sindicais não têm movido uma palha para organizar os professores e funcionários. Levam os explorados a confiarem nos métodos da pressão parlamentar e dos recursos à Justiça burguesa, linha política que tem levado a inúmeras derrotas.

A Corrente Proletária na Educação defende que se erga a luta centralizada nacionalmente contra as privatizações, em defesa de um sistema único de ensino público, gratuito, laico, vinculado à produção social (unidade entre teoria e prática), para todos e em todos os níveis, sob controle de quem estuda e trabalha. Esse combate passa pela organização local/regional, com a construção de comitês unitários contra as privatizações, ligando essa luta à defesa dos empregos, salários e direitos, com o método da ação direta. É fundamental que os sindicatos da educação convoquem suas instâncias de base, as assembleias. É fundamental também que as direções das centrais e movimentos sociais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas, de forma a organizar nacionalmente a resistência às privatizações.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



São Paulo

Congresso da Afuse

Burocracia autoritária proíbe a participação da Corrente Proletária

O sindicato dos funcionários de escola (Afuse) há muito se tornou um aparato da burocracia petista. Trata-se de uma burocracia que procura controlar o sindicato, usando os métodos autoritários. Aproveitou o período da pandemia para fechar ainda mais suas portas aos trabalhadores e instituir a excrecência das reuniões virtuais. Deixou de convocar as assembleias estaduais, apesar de o governo continuar desfechando duros ataques, como a terceirização dos serviços nas escolas e o brutal arrocho salarial. Depois de três anos de ter realizado os Encontros Regionais, convocou o Congresso estadual para os dias 8 e 9 de agosto, em sua colônia de férias na praia de Peruíbe. Fez um acordo com o governo Tarcísio para a liberação de somente 300 abonos de ponto. Para isso, escolheu a dedo os delegados. Ou seja, os delegados não foram eleitos nos Encontros Regionais, nem mesmo em reuniões de representantes de escolas.

Diante dessa situação, a Corrente Proletária, que participou dos Encontros Regionais expondo sua tese, criticando a política dos burocratas do sindicato e defendendo um sindicato classista e de luta, como era previsto, foi excluída de participar do Congresso Estadual. Divulgou uma Carta aos funcionários de escolas, mostrando a fraude armada pela direção da Afuse (carta que publicamos no jornal Massas anterior). No dia do Congresso estadual, apresentou um recurso à comissão organizadora. Eis:

Recurso ao Congresso Estadual da Afuse

Sobre a eleição de delegados nas regiões de Franco da Rocha e Itaquera

Considerando que:

- 1) é direito legítimo recorrer ao Congresso, diante dos problemas ocorridos na eleição de delegados em Franco da Rocha e Itaquera;
- 2) estivemos presentes nos Encontros Regionais, condição estatutária para se eleger os delegados ao Congresso;
- 3) nos Encontros Regionais não foram eleitos os delegados;
- 4) na região de Franco da Rocha houve o sorteio dos delegados e fomos sorteados, embora tivéssemos se colocado contra a forma de eleição por sorteio;
- 5) após o sorteio, o responsável pela região decidiu anular o sorteio e indicar o delegado;
- 6) em Itaquera os delegados foram indicados sem que houvesse uma reunião para discutir a forma de eleição. Haja vista que no Congresso Regional não houve a eleição de delegados. E a Corrente Proletária tinha comparecido com tese e com a maioria dos presentes;

Levando em conta esses erros e nos apoiando na democracia sindical, reivindicamos que os delegados se posicionem em favor do credenciamento de delegados da Corrente Proletária.

A defesa da mais ampla democracia sindical faz parte do programa de luta dos trabalhadores. Não podemos permitir que métodos estranhos aos trabalhadores sejam utilizados em nosso sindicato.

Como agiram os burocratas

Os militantes da Corrente Proletária compareceram ao Congresso. Foram recebidos no portão de entrada pela Diretora Estadual Rosana (que fazia parte da coordenação do Congresso). Explicamos que queríamos protocolar o recurso. A burocrata estava orientada a não receber o recurso. Com um palavreado rude disse: “não é aqui, vocês deveriam ter feito o recurso para os diretores regionais, aqui no Congresso não é o lugar, e nós não vamos receber”. Em seguida, chamou os diretores regionais para que eles assinassem o recurso e que estes se explicassem. Procurou responsabilizar os dirigentes regionais pelos erros. Um jogo costumeiro de todo burocrata-chefe. Depois, despejou a culpa sobre os militantes da Corrente Proletária com o argumento de que os diretores regionais são escolhidos nos locais e que já sabíamos que não cabe recurso no Congresso Estadual. Com o ar de entendida sobre o funcionamento do Congresso, Rosana se recusou a colocar na mesa o recurso.

Esse é um exemplo que mostra o quando a Afuse se burocratizou. Coube à Corrente Proletária distribuir aos delegados a Tese que defenderíamos no Congresso e a Carta-denúncia. No entanto, os delegados se mostraram submissos, porque foram escolhidos pela burocracia do sindicato e não pela base que participou dos Encontros Regionais. Certamente, foram escolhidos a dedo para votar na tese dos burocratas, que é de conciliação de classe. A única oposição à direção da Afuse foi impedida autoritariamente de expor suas posições no Congresso.

Tarefa colocada

Os funcionários de escola, que enfrentam cotidianamente a precarização das condições de trabalho e a miséria salarial, não podem ficar passivos diante de uma direção sindical traidora. O ultradireitista Tarcísio de Freitas vem impondo a terceirização e a privatização. Mais de três dezenas de escolas serão vendidas para as empresas privadas. Cerca de 200 escolas serão transformadas em “escolas cívico-militares”. Centenas de salas de aula estão sendo fechadas. O período noturno foi sendo extinto. A maioria dos funcionários continuarão a receber o salário mínimo de fome. Como se vê, o êxito do governador depende da imposição desses ataques. Está aí por que o Congresso Estadual teria de rejeitar a política dos burocratas sindicais e aprovar as posições classistas e de luta.

O esforço da Corrente Proletária não se encerra nesse embate com a direção da Afuse. Ao contrário, mostrou que é necessário fortalecer essa corrente oposicionista. O que implica a participação nas atividades. Sabemos o quanto a miserabilidade afastou esse setor de funcionários de escola. E o quanto vem se tornando cada vez mais diminuto, com a terceirização. No entanto, os ataques continuarão solapando nossas vidas. Com a privatização e as escolas cívico-militares, o governador avançará na extinção de nossa categoria de funcionários públicos. A luta contra a terceirização e a efetivação dos terceirizados, bem como pela rejeição ao projeto bolsonarista de escola cívico-militares deve fazer parte de nosso combate.

A Corrente Proletária chama a vanguarda a tomar para si essa tarefa de construção de uma oposição classista e de luta para a Afuse. Para isso, é importante que venha discutir nossa tese, que foi impedida de ser defendida no Congresso. E faça parte dessa luta contra a burocratização de nosso sindicato.

Rio Grande do Sul

Democracia e autonomia universitária. O mito da paridade na consulta para escolha de reitor

No dia 15 de julho, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizou-se a consulta à comunidade universitária para indicação do candidato a reitor numa lista tríplice, que o Conselho Universitário submeterá ao governo federal para que este indique quem será o reitor. Em torno a esta consulta se desenvolveu o conflito quanto ao peso do voto de cada setor. Em dezembro do ano passado, o Conselho Universitário havia deliberado por aplicar o critério da paridade, que significa que o conjunto dos votos dos estudantes tem o mesmo peso do voto do conjunto dos docentes e o do conjunto dos técnicos. O critério adotado até então dava maior peso ao voto aos docentes (70%) ficando os técnicos e os estudantes com 15% cada. Opondo-se a esta decisão, dias antes da consulta, o pró-reitor de inovação (sim, inovação!), Geraldo Pereira Jotz, obteve uma liminar da justiça federal para que a contagem dos votos voltasse a dar peso maior aos docentes. Contudo, antes da consulta, as chapas fizeram um “pacto de cavalheiros”, se comprometendo a aceitar o resultado de acordo com o critério da paridade, mas, após o cômputo dos votos, a chapa bolsonarista resultou com mais votos entre os docentes, esta reivindicou a aplicação do critério anterior (70%, 15% e 15%) que lhe daria vitória.

Seguiu-se um período tumultuado de denúncias e manifestações por parte dos estudantes e algumas correntes da esquerda para fazer valer o critério da paridade e, na sessão do Conselho Universitário de 19 de julho, os conselheiros referendaram a paridade e a vitória da chapa 3 (PT) para a reitoria da universidade, votando novamente, mas desta vez somente os conselheiros como estabelece o estatuto. Marcia Barbosa recebeu 44 votos para ser a nova reitora da universidade, a professora Ilma Simoni Brum da Silva, 26 votos e a professora Liliane Ferrari Giordani, 1 voto. Ao todo, 75 conselheiros votaram na escolha da nova reitoria da UFRGS.

Durante a sessão do Conselho Universitário, o reitor atual (que não teve a maioria dos votos na consulta, mas foi nomeado por Bolsonaro por sua afinidade política) mandou a PM ocupar o campus universitário, provocando a revolta da comunidade universitária que aguardava a decisão. Agora, o Conselho Universitário enviará a lista tríplice encabeçada pela professora Marcia Cristina, a mais votada segundo o critério da paridade para que o governo escolha quem será o novo reitor.

As ilusões democráticas

Diversas correntes políticas que atuam no movimento estudantil na UFRGS comemoraram este desenlace como uma vitória da democracia e autonomia universitárias. O “coletivo alicerce”, por exemplo, afirmou que a decisão era “um passo significativo para a democracia dentro da instituição, já que, pela primeira vez, a UFRGS definiu sua eleição para a reitoria de forma paritária, garantindo que os votos das três categorias tenham o mesmo peso”. Evidenciando desta forma, uma concepção tacanha de “democracia”, pois qualificar de democrática uma estrutura que tem no comando da universidade exclusivamente docentes, nomeados pelo governo federal e que, portanto, estão submetidos às pressões e ingerência do governo demonstra uma compreensão extremamente deformada de democracia universitária.

Ademais, não é verdade que “os votos das três categorias tenham o mesmo peso”, pois o peso dos docentes continua sendo

maior devido a que a regra da paridade se refere ao conjunto de cada setor. Dessa forma, a menor categoria – a dos docentes – tem na verdade um peso maior, de modo que, para igualar o voto de um docente, se precisa de um grande número de votos de estudantes ou de técnicos. Teriam “o mesmo peso” se o critério fosse o voto universal – um homem um voto – como nas eleições gerais para prefeito, vereador, governador, deputados federais e estaduais, senadores e presidente.

Outra coisa que se esconde nesse louvor à consulta supostamente democrática é que a escolha propriamente dita não é feita pela comunidade universitária (ainda que eventualmente o critério da consulta seja o do voto universal), mas pelo governo federal, de modo que o reitor ou reitora fica mesmo é subordinado ao governo. Dessa forma, o reitor NÃO representa a comunidade universitária, mas o governo, e, por essa via, à burguesia e suas instituições.

Esta simples relação fica obscurecida para as correntes reformistas que, como o PCB, chegou a afirmar que diante do conflito “O MEC lavou as mãos: disse que respeitará o que o CONSUN decidir”, ou seja, o PCB critica o governo por NÃO se imiscuir nesta questão da consulta interna da universidade! O que mostra que esta corrente se encontra adaptada ao campo burguês.

A autonomia universitária é uma bandeira democrática que no passado foi defendida pela burguesia na sua fase revolucionária e quando essa classe era um fator de desenvolvimento das forças produtivas. Essa fase passou definitivamente. Ademais, nos países atrasados e semicolônias, na fase imperialista que estamos atravessando, as burguesias desses países não podem defender a bandeira da autonomia universitária, pois estão amarradas ao carro do capital financeiro que bloqueia o desenvolvimento das forças produtivas, por isso tampouco podem defender a soberania nacional. E, na impossibilidade de a burguesia desfraldar esta bandeira, ela só pode ser defendida agora pelo proletariado, mas, nesse caso, como parte do programa da revolução e ditadura proletárias. Isso determina que a defesa da democracia e autonomia universitária feita da perspectiva da classe operária não tem a função de inocular ilusões na possibilidade de reformar ou melhorar a caduca universidade burguesa, mas a de criar dentro dela um movimento vinculado ao proletariado e ao seu programa. Desse ponto de vista, é que se coloca a defesa da verdadeira autonomia e democracia universitárias, que só pode ser expressão do peso maior dos estudantes no comando da universidade.

É isso que se expressa na bandeira do governo tripartite, assentado na Assembleia Geral Universitária, com voto universal e revogabilidade dos mandatos. As formas do governo tripartite podem variar, mas o que está definitivamente interdito nesta perspectiva é a continuidade da estrutura atual que tem as reitorias no seu topo como representantes diretos do governo e da burguesia.

É importante que o movimento estudantil assumira essa posição para vencer os professores e funcionários que o controle da universidade deve passar para a assembleia universitária e o governo tripartite. O objetivo de arrancar o seu controle do Estado é o de realizar uma educação vinculada à produção social e ao desenvolvimento das forças produtivas encarnadas pelo proletariado e pelo conjunto dos trabalhadores. Eis por que a defesa da autonomia universitária converge com a luta do proletariado pelo controle operário da produção. Ambas as lutas expressam o programa da revolução social e os objetivos do socialismo.

São Paulo – ABC

O Boletim da Corrente Proletária – UFABC, de 7 de agosto, traz a campanha pelas eleições no DCE. Eis:

Por um movimento estudantil de luta e independente

As eleições para a próxima Gestão do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFABC estão ocorrendo nos dias 07 e 08 de agosto. Com apenas uma semana para formação de chapas, a chapa de continuidade da atual gestão (Movimento Correnteza/PCR e Juntos-MES/PSOL) foi a única inscrita.

O DCE da UFABC já foi dirigido pelo PCR e, em alguns momentos, pelo PT e/ou UJS/PCdoB. Essas correntes, reformistas e estalinistas, são base de sustentação dos governos nacional-reformistas. Essas direções fizeram com que as gestões do DCE UFABC tenham sido marcadas por práticas burocráticas – que já foram elementos que levaram ao desgaste das gestões e, por consequência, à eleição de

chapa opositora. Sem uma oposição na atual eleição, certamente a atual direção se reelegerá.

A despeito da propaganda “O DCE voltou para a luta”, a atual direção mantém práticas burocráticas, dificultando a construção de um movimento estudantil combativo. Exemplos disso são os sucessivos boicotes às instâncias estudantis, seja pela ausência de assembleias regulares, seja pelo não encaminhamento das deliberações das assembleias que não são de seu interesse, como denúncia que expusemos no Boletim N.º 18. A atual direção do DCE colaborou com o fechamento da Enfermaria e da Psicossocial e, mais recentemente, sem qualquer discussão com os estudantes, atuou a favor do PGD/Teletrabalho no ConsUni, o que afeta os estudantes por ser uma questão ligada ao atendimento na universidade. Em plena greve docente na UFABC, após adiar ao máximo a convocação da Assembleia Estudantil para bloquear a deflagração de greve, propôs a aprovação de um absurdo

“Estado de Greve” dos Estudantes, que só servia para não organizar os estudantes verdadeiramente à luta.

Tudo indica que a Direção do DCE continuará atuando de forma burocrática, desviando as lutas estudantis para a política assistencialista e eleitoreira. Dessa forma, persistirão os problemas, como ausência de moradia, limitação dos recursos de assistência estudantil, bandeirão caro, falta de espaços físicos, restrições de uso de espaços e recursos, chutes nas matrículas (disciplinas e cursos), filas no fretado etc. sem que haja um verdadeiro combate por essas questões que tanto afetam o conjunto dos estudantes.

Diante desse cenário trágico, está colocada na ordem do dia a tarefa de construir uma fração revolucionária no seio dos estudantes e um movimento estudantil de luta, independente dos governos, que defenda o pleno direito à educação pública. Chamamos os estudantes conscientes a discutir com a Corrente Proletária a construção dessa fração combativa.

Atos de 14 de agosto

Por um Dia Nacional de Luta em defesa da Educação pública, contra os cortes no orçamento, a privatização e militarização

O 70º Coneg da UNE, realizado em 29 e 30 de julho, em São Paulo, aprovou a realização de atos no dia 14 de agosto, com o mote “Ocupar as ruas por menos juros e mais investimento em educação”. O chamado revela o governismo da direção da UNE, pois, ao inserir a pauta dos juros, pretende direcionar a insatisfação dos estudantes para Campos Neto, presidente do Banco Central, isentando as responsabilidades de Lula, o presidente da República e seu governo.

As mobilizações celebrarão, também, o Dia do Estudante, 11 de agosto (domingo), quando a UNE completa 87 anos. É preciso aproveitar esse chamado e exigir a mais ampla mobilização e unidade contra os ataques à Educação Pública. Mesmo com choques ocasionais entre o governo Lula e o presidente do Banco Central, ambos são subordinados ao capital financeiro. Basta ver que uma das primeiras medidas do governo Lula/Alckmin foi a de substituir o teto dos gastos, já estourado por Bolsonaro, pelo novo arcabouço fiscal, com metas extremamente duras de zerar o “déficit fiscal” em 2024. A promessa de ampliar receitas taxando mais os ricos, nunca saiu do papel. O parlamento e o executivo são expressão do poder da burguesia, é uma ilusão acreditar que se voltarão contra o poder econômico.

Diante da persistência da crise econômica, das tendências recessivas da economia norte-americana e da alta do dólar, o governo anunciou mais cortes orçamentários para 2024 e 2025. Mais uma vez quem pagará a conta serão as áreas sociais. Em 4

de julho, Haddad anunciou cortes orçamentários da ordem de R\$29,5 bilhões para 2025. Em 30 de Julho, foram comunicados os bloqueios e contingenciamentos no orçamento de 2024. Os R\$15 bilhões recaíram sobretudo na saúde, que terá um congelamento de R\$ 4,4 bilhões e Ministério das Cidades, com R\$ 2,1 bilhões, Ministério dos Transportes, com corte de R\$ 1,5 bilhão, e o da Educação, com R\$ 1,28 bilhão.

Já começam a chegar anúncios de bloqueios nas verbas das Universidades. A UFRJ, por exemplo, terá um corte de R\$ 60 milhões, dos quais R\$ 50 milhões eram de pagamentos agendados. O anúncio de mais verbas, feito por Lula em 10 de junho, aos reitores, como peça para desmontar a greve da educação federal, além de insuficiente, não passou de um cheque sem fundos. Também serão cortadas verbas que seriam destinadas a obras de consolidação, reestruturação e modernização de universidades (R\$ 183 milhões), hospitais universitários (R\$ 11,4 milhões) e de institutos federais (R\$ 237 milhões).

A Educação básica também será afetada. Até o programa vitrine do governo, o Pé-de-Meia, será cortado em R\$ 500 milhões. Mesmo que parte das verbas de bloqueadas e contingenciadas possa ser liberada, a Ministra Tebet já anunciou que parte da tesourada não será revertida. Além disso, quando o governo estrangula o orçamento e libera parte ao final do ano, nem sempre se consegue utilizar o recurso, que volta aos caixas da União e pode ser também desviado para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública.

Que os atos do dia 14 possam unir as lutas nos estados contra a privatização e militarização da Educação, contra as medidas de ataque dos governos estaduais e federal e pela revogação do Novo Ensino Médio. Que a juventude avance na compreensão da necessidade de uma luta anti-imperialista pelo não pagamento da dívida pública e financiamento integral da Educação pública conforme orçamentos calculados pelas assembleias da comunidade escolar e as assembleias gerais universitárias. Que o movimento sindical da área da educação chame a paralisação das

atividades para dar toda a força aos atos do dia 14. A Corrente Proletária/POR levou a proposta de um Dia Nacional de Luta em defesa da Educação Pública ao CONAD do ANDES e a diretoria (PSOL/PCB), junto com o PT, bloquearam a aprovação. O chamado à luta nas ruas, para deixar de ser palavras ao vento, depende de se romperem os bloqueios das direções governistas e eleitoreiras. É urgente erguer as frações revolucionárias no movimento estudantil e sindical.

São Paulo

Lançamento do Folheto sobre a Greve dos TAEs na UFABC

Após a greve de mais de 100 dias dos técnicos administrativos em educação (TAEs) federais, elaboramos um folheto que condensa a trajetória do combate do POR em defesa da vitória do movimento na UFABC. Com esse rico material, passamos a fazer uma campanha mostrando sua importância e a batalha cotidiana na construção de uma direção revolucionária que supere as direções conciliadoras e possa levar o movimento à vitória. Certamente essa campanha é a continuidade dessa luta. Passamos à exposição.



em troca de favor pelo apoio nas eleições. O que se mostrou equivocado.

Ficou claro o atraso do movimento sindical estatizado. Apesar de o salário ser a fonte de subsistência e estar presente no cotidiano dos trabalhadores, os sindicatos praticamente não discutem sobre os salários. Ressaltou-se que a CPE/POR defende o salário-mínimo vital

como o mínimo necessário à vida da família trabalhadora, enfrentando o salário-mínimo de fome definido pelo governo, e os baixos salários do grosso dos assalariados, inclusive do funcionalismo público. Essa reivindicação é combinada com a defesa do reajuste constante e geral dos salários que são insuficientes, guardadas as proporções para as diferentes profissões.

Destacou-se que, ao final do movimento grevista, os trabalhadores se sentiram traídos não apenas pelo governo, mas também pelas capitulações das suas direções, sejam elas ligadas a partidos burgueses ou empiristas/voluntaristas. Colocou-se, portanto, a importância de extrair as lições, construir a Corrente Proletária, e organizar as oposições sindicais classistas visando construir uma direção revolucionária.

Lançamento na UFABC

O primeiro evento de lançamento do folheto “110 dias de Greve de Técnicos Administrativos em Educação contra o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin: percurso da luta na UFABC” ocorreu de forma presencial no campus Santo André da Federal do ABC, no sábado, 27 de julho, como parte da campanha de divulgação do folheto, que já vendeu mais de 50 unidades na universidade.

Na discussão, observou-se, de um lado, o percurso classista de defesa das reivindicações e métodos próprios dos explorados, por meio da ação direta coletiva e, de outro, o percurso corporativista de defesa da reestruturação de carreiras e mesas específicas/separadas e dos métodos burocráticos.

Desde o início da Campanha Salarial, a CPE/POR se distinguiu local e nacionalmente por combater a política governista de reestruturação de carreiras, caracterizando-a como divisionista, concorrencial e individualizante, portanto, como um desvio à luta unitária dos explorados. Junto à apresentação do folheto, houve uma breve exposição mostrando como, historicamente, a política de reestruturação de carreira serve para enxugar gastos do Estado e manter os salários rebaixados e/ou congelados, inclusive porque os governos não cumprem a data-base.

As burocracias sindicais colaboracionistas incentivaram a via corporativista, fingindo-se preocupadas com suas respectivas categorias e com as desigualdades do Sistema de Carreiras. Infelizmente, em função da crise de direção, muitos trabalhadores alimentaram ilusões nessa via, acreditando que o governo burguês de frente ampla resolveria as disparidades do Sistema Carreiras,

Exposição no curso de formação política de São Paulo

No dia 4 de agosto realizou-se o curso de formação política do POR em São Paulo. Esse encontro teve a particularidade de apresentar alguns materiais, destacando os 35 anos de fundação do partido e seus 16 livros, sendo o livro “Internacionalismo Proletário” recém-lançado, cujo conteúdo foi apresentado e debatido. Como parte das apresentações, foi também exposto o folheto com a experiência da luta grevista na UFABC e nacional. Ressalta-se que sua apresentação corroborou enormemente com tudo que acabara de ser dito sobre a experiência de construção do POR. Evidenciou que a produção dos materiais do partido estão intimamente ligadas às necessidades da intervenção práticas e das respostas políticas aos problemas da luta de classes. Além disso, mostrou também que prezamos não só pela elaboração teórica para intervenção prática, mas também pela transformação da experiência em teoria.

Vale dizer que na apresentação do conteúdo das respostas políticas à luta de classes nacional presente no livro mostrou-se

a caracterização do governo Lula como de continuidade à política econômica de Bolsonaro. A experiência consolidada no folheto tem o valor de mostrar como o “arcabouço fiscal” do governo de frente ampla de Lula/Alckmin condicionou a resposta do governo ao movimento grevista do funcionalismo. Se a divisão da categoria em mesas específicas foi um ponto importante para não atender as reivindicações dos trabalhadores, o reajuste salarial de 0% em 2024 foi o ponto alto na mostra de que tal governo serve aos interesses da burguesia, em especial o capital financeiro, como já caracterizávamos nas resoluções presentes no livro. Como se pode ver, o folheto confirma as caracterizações do POR e serve como cristalização da luta do POR em defesa dos trabalhadores contra a burguesia e seus lacaios.

Exposição no grupo de estudos do marxismo

No dia 6 de agosto retomou-se o grupo de estudos do marxismo com o tema que será discutido no semestre, a obra “A revolução permanente” de Leon Trotsky, e a discussão do folheto do percurso da luta na UFABC. O grupo de estudos possui uma primeira parte dedicada aos informes das lutas em curso e de breve discussão dos principais problemas da luta de classes. Como não poderia deixar de ser, a greve dos servidores federais da Educação foi parte

dessas discussões ao longo dos estudos no primeiro semestre. Não por menos que a retomada contou com uma apresentação do folheto e discussão sobre o balanço dessa experiência grevista.

Ressaltou-se a política corporativista e traidora das direções conciliadoras. Nos TAEs essa política se deu através da defesa do plano de carreira, que se mostrou fracassada. Como parte do tema da teoria da “revolução permanente”, discutiu-se que a burguesia já não é mais uma classe revolucionária, então que não poderá cumprir as tarefas democráticas pendentes nos países atrasados, como o Brasil. Ligou-se a isso a política de conciliação das direções traidoras que alimentaram ilusões no governo de frente ampla de Lula/Alckmin, que mostrou que não é um governo que atenderá as reivindicações dos trabalhadores.

A experiência da luta na UFABC mostrou a necessidade de constituir uma direção revolucionária e acabou por reforçar a ideia de que a burguesia já não cumprirá um papel progressivo na sociedade. As direções traidoras advogavam que era preciso lutar pelo que era “factível” de ser atendido pelo governo; e o governo mostrou que o atendimento das reivindicações mais elementares dos trabalhadores (como a reposição das perdas salariais) não é “factível”, pois seu papel é o de atender aos interesses do capital financeiro, não dos trabalhadores. Certamente a discussão da teoria da revolução permanente será muito mais rica à luz dessa experiência prática.

Balanço do 67º CONAD do ANDES-SN

Predomínio da linha governnista inviabiliza aprovação de plano de lutas com atos em defesa da educação, salários e direitos

De 26 a 28 de julho ocorreu em Belo Horizonte-MG, o 67º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional. O tema do encontro foi “Fortalecer o ANDES-SN na luta por orçamento público, salário e em defesa da natureza”. Foi o primeiro encontro deliberativo após a greve das federais. Além dos 79 delegados, houve 189 observadores, 31 diretores e 11 convidados. O balanço da greve expôs a polarização no movimento docente nacional, com repercussões quanto ao tipo de alianças, métodos e reivindicações.

No debate de atualização de conjuntura, seis teses foram apresentadas: a da diretoria do ANDES (ALB-PSOL/PCB), CAEL (PSTU), a do Renova Andes (PT), coletivo Rosa Luxemburgo, Unidade Classista (PCB) e Frente única Andes-SN Classista (CPE-POR e ART), defendida por uma militante do POR. Em geral todas as teses denunciaram a crise do capital, seus efeitos destrutivos em relação aos direitos, natureza e ampliação da opressão nacional, falta, porém, a defesa consequente do internacionalismo proletário. Nosso texto, intitulado: “Romper com o governismo e eleitoralismo para enfrentar os ataques da burguesia e seus governos”, partiu da conjuntura internacional, com a escalada bélica marcada pelo prolongamento da Guerra da Ucrânia e pelo genocídio do povo palestino. Apesar de o ANDES ter resoluções congressuais de exigir o rompimento dos acordos das instituições de ensino com Israel e de integração dos docentes aos comitês de solidariedade, essas ações seguem sem serem impulsionadas. Escrevemos em nosso texto “Apesar da participação ocasional de ADs e professores em comitês, não há uma articulação nacional, que poderia ser facilitada por uma ação coordenada de nosso sindicato, considerando a sua capilaridade. A fragmentação, provocada principalmente pelo imobilismo das centrais sindicais e a não incorporação dos sindicatos operários e de outros trabalhadores, leva a um definhamento dos atos, ao mesmo tempo em que a escalada se intensifica. É cada vez mais evidente que a libertação do povo palestino não virá pelas mãos de nenhuma das alas da burguesia.

O imperialismo norte americano encabeça a ala mais reacionária que financia e acoberta os crimes de Israel, em nome de seus interesses econômicos e geopolíticos na região. A ONU promove uma fachada humanitária de preocupação com o genocídio, enquanto segue subordinada aos ditames norte-americanos. O nacionalismo árabe fracassou em frear o avanço do colonialismo sionista. Saudamos a heroica resistência do povo palestino. É preciso recuperar o programa do internacionalismo proletário por uma Palestina una e socialista. Que se constitua, por meio das revoluções proletárias, uma União de Repúblicas Socialistas do Oriente Médio. Esse é o caminho para a convivência pacífica entre os povos.”. No primeiro dia do CONAD, houve um ato de solidariedade à Palestina. Participamos expressando nossa atuação no Comitê de Solidariedade à Palestina-Pernambuco. O CONAD manifestou sua solidariedade ao Comitê mineiro, que está sendo alvo de perseguição, com ameaças de multas de até R\$20 mil, após a sanção, em 12 de julho, da lei 11.713/2024, que proíbe, em Belo Horizonte, “a incitação, a defesa ou a apologia a ato realizado por indivíduos ou grupos extremistas, nacionais ou estrangeiros que tenham praticado terrorismo ou crime contra a humanidade”. Divulgamos o livro da Palestina, dentre outras publicações do partido.

Na parte da conjuntura nacional destacamos a ação do governo Lula/Alckmin para quebrar a greve da educação federal. “ [o governo] Tentou, por meio de ameaças antissindicais, não negociar com grevistas, em 10 de abril; impôs a divisão do funcionalismo federal em mesas setoriais específicas; organizou uma farsa com a assinatura da federação Proifes, rechaçada pelos docentes de todo o país e invalidada judicialmente; usou uma reunião com os reitores para inflar e requestrar parques anúncios de orçamento para as instituições federais de ensino e desafiou os dirigentes sindicais a terem a coragem de encerrar a greve. O governo só conseguiu quebrar a greve quando as direções governnistas correram a atender a ordem para impedir um maior desgaste de Lula, diante da

crecente indignação dos docentes e técnicos administrativos, com o tratamento dado por Lula e seus ministros. Dentro do Andes, a diretoria, conduzida pela corrente Andes de Luta e pela base (ALB), composta pelo PSOL e PCB, se uniu com o Fórum Renova Andes (PT) para enfraquecer e desmantelar a greve, confirmando o quanto o governismo, mesmo oculto sob críticas, é incompatível com as reivindicações mais básicas de reposição salarial e recomposição orçamentária, dentre outras. Os cálculos eleitorais para as eleições municipais, quando as candidaturas dos partidos da base do governo ostentarão a figura de Lula, falaram mais alto do que o anseio das bases por lutar contra o arrocho salarial e o estrangulamento orçamentário. Um fator determinante da quebra da greve foi o isolamento provocado pelas centrais sindicais, que se recusaram a cumprir seu papel de centralizar as lutas em curso. Desastrosamente a greve da Educação Federal se encerra quando despontam greves do CNPQ e servidores federais da área ambiental.”

“O governo Lula/Alckmin preserva as contrarreformas herdadas dos governos de Temer e Bolsonaro e dá continuidade com a nova reforma trabalhista, com a lei da uberização, avança no congresso o NEM remendado, para atender os interesses das fundações que lucram com o desmonte da educação pública. O governo segue destinando volumosas verbas para o setor educacional privado, em nome de uma pretensa democratização do acesso. A sanha fiscal aponta para o fim dos pisos constitucionais de saúde e de educação e a desvinculação da previdência do valor do salário mínimo. E ainda temos reforma administrativa no horizonte. As privatizações tiveram continuidade, a exemplo do arremate do metrô de BH e a manutenção do Plano Nacional de Desestatização. Os governos estaduais seguem a mesma cartilha. Impõem um violento arrocho salarial aos servidores. Greves estaduais despontam no magistério superior e se defrontam com a intransigência e a repressão, seja sob o governo direitista de Zema (Novo) ou sob os governos petistas no Piauí e Ceará, que impõem cortes de salários e pesadas multas aos sindicatos e aos grevistas. A educação segue sob ataque, a destacar o caso da privatização das escolas no Paraná e a militarização (e também privatização) em São Paulo”.

O balanço da greve tornou nítida a divisão no movimento docente, que expressou os alinhamentos sob o movimento paredista. Do lado governista, mesmo com críticas pontuais à condução do governo na greve, ficou a diretoria e o Renova (PT); formou-se um campo classista com os coletivos de oposição, e comandos de greve de algumas universidades, que atuaram defendendo os métodos de luta, as reivindicações e a independência perante o governo. A unidade dos setores de oposição resultou em um texto conjunto no tema “plano de luta do setor das federais”, assinado por mais de 180 docentes de várias instituições. O balanço crítico foi seguido de propostas de o Andes: 1) Articular com centrais sindicais, sindicatos de trabalhadores da Educação em todos os níveis e entidades estudantis um dia nacional de lutas em defesa da Educação, em data a definir, em agosto, dando visibilidade para as greves e lutas em curso. 2) A partir da experiência dos comandos locais de greve, criar ou fortalecer os comandos de mobilização, convidando as entidades representativas dos técnico-administrativos e dos estudantes das IFEs a se somarem. 3) Fazer uma carta com um chamado às centrais sindicais e sindicatos pela convocatória de um dia nacional de lutas, com paralisações, em defesa dos empregos, reposição inflacionária dos salários, fim das privatizações e revogação das contrarreformas.

O texto foi alvo de ataques moralistas por parte da diretoria, que o nominou, nos debates em grupos e no plenário, como desonesto, descolado da realidade e medíocre. Esse tipo de resposta despolitizada tentou ocultar que a atuação das correntes majoritárias do PSOL e do PT na greve, partidos que integram a base do governo, levaram ao desmantelamento do movimento da greve, em nome do governismo e do eleitoralismo. As propostas da diretoria e do Renova, ao se apoiarem na exaltação da condução da greve, levam a cristalizar os métodos de canalização da luta para o terreno parlamentar. Mesmo com todas as medidas de ataque à

educação, ao funcionalismo e aos serviços públicos, anunciadas e planejadas pelo governo pós-greve, com criminalização das greves do IBAMA e INSS, com um “cardápio” de cortes para garantir as metas do arcabouço fiscal, a ALB/diretoria e Renova bloquearam e atacaram proposta de realizar atos unitários em defesa da Educação, dos salários e dos direitos.

Em relação à política educacional, as principais diferenças se deram em torno do tipo de espaço de articulação quanto às reivindicações educacionais. O Renova (PT) pressiona para que o ANDES integre o Fórum Nacional de Educação, espaço do governo que congrega o movimento sindical, estudantil, setores privatistas e governo e organiza a Conferência Nacional de Educação (CONAE). A diretoria resiste, mas começa a orbitar esses espaços. A diretoria conseguiu aprovar, no CONAD, sua proposta de integração ao Fórum Nacional Popular da Educação (FNPE), espaço criado pelas entidades sindicais e estudantis estatizadas, sob os governos do PT, quando Temer dissolveu o FNE e CONAE. Porém, com a reativação do FNE e CONAE, o FNPE foi esvaziado e não passa, atualmente, de um grupo de WhatsApp. A tese do coletivo Rosa Luxemburgo defendeu a realização do IV Encontro Nacional de Educação (ENE). Os relatos da tese da diretoria sobre a rearticulação da Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP) mostra a dissolução desse espaço, que teve seu período de atividade sob os governos Lula e Dilma, em torno da CSP-Conlutas. Nós da CPE temos em nossas formulações a defesa de que um novo Encontro Nacional de Educação deveria ser deliberativo, com delegados eleitos nas bases, e ter o objetivo de aprovar um plano nacional de lutas da educação, em vez de ficar preso à armadilha de tentar emendar o Plano Nacional de Educação.

Outro tema polêmico foi a criação do Grupo de Trabalho de Oposição (GTO). Após debates, o CONAD aprovou esse GT, com a incumbência de levar ao próximo Congresso do Andes propostas de mudanças estatutárias. Defendemos que se mantivesse a articulação das oposições por meio de reuniões, preparadas pelo GT de Formação Sindical e que, além das bases do Proifes e sindicatos isolados, as bases de seções sindicais informalmente rompidas com o Andes, como a da ADUFEPE, também pudessem participar. Porém, nem mesmo conseguimos expressar essa posição em plenário. É muito importante a organização das oposições para ajudar as bases do Proifes, desvinculadas do ANDES em processos fraudulentos e golpistas, a voltarem para o sindicato nacional e que as que ameaçam romper permaneçam vinculadas. O fato de 2025 ser ano de eleições sindicais pode motivar alguns alinhamentos e mudanças estatutárias. Essa questão merecerá um acompanhamento atento.

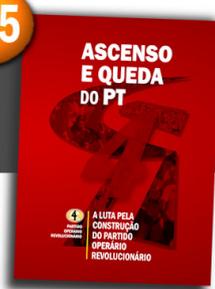
As oposições realizaram uma plenária durante o CONAD, com grande participação, caminhando no sentido da unidade em torno da defesa do método da greve, da independência perante o governo e da continuidade da luta em torno das reivindicações de salários, orçamento para a Educação, direitos e revogação das contrarreformas. Nós, da CPE, estimulamos as atividades frentistas, no âmbito das oposições, e nos empenhamos em constituir uma fração revolucionária no movimento docente, guiada pelo método do programa de transição, ligando as lutas imediatas à estratégia da revolução proletária.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



São Paulo

Manifestação em defesa da Palestina

É preciso superar o isolamento

No dia 3 de agosto, realizou-se o ato convocado pela Frente Palestina, em defesa especial aos palestinos presos e torturados pelo Estado sionista de Israel. A manifestação, convocada apenas no dia anterior, contou com cerca de 100 manifestantes e não saiu em passeata. O POR participou distribuindo aos presentes e transeuntes sua declaração “sobre o assassinato do dirigente do Hamas Ismail Haniyeh”, onde denuncia o chamado ao Irã para a guerra, denuncia a responsabilidade do imperialismo norte-americano, defende o fim da intervenção do Estado sionista na Faixa de Gaza e da anexação da Cisjordânia e uma República Socialista da Palestina.

A manifestação, que contou apenas com uma vanguarda, mostrou, mais uma vez, a necessidade premente de superar o isolamento. Já são mais de 300 dias de guerra, onde, a cada novo dia, novos horrores são cometidos na Faixa de Gaza pelo exército sionista. A completa destruição da infraestrutura hospitalar e a ameaça da poliomielite, encontrada em diversas localidades na Faixa de Gaza, são parte deste cenário catastrófico. Diante da devastação de Gaza e do perigo de uma conflagração geral no Oriente Médio, a responsabilidade das direções dos movimentos, sindicatos e centrais sindicais se torna mais aguda.

O Imperialismo aprofunda a barbárie e avança com as armas bélicas. Essa luta não é apenas dos palestinos, mas sim de todos os explorados e oprimidos do mundo. Esperar sentado o avanço da escalada bélica é uma traição que não podemos aceitar das direções políticas. É de total responsabilidade das direções a organização da luta e a defesa de uma frente única anti-imperialista. É preciso colocar as massas nas ruas com a direção, política e métodos da classe operária. Esse é o único meio pelo qual poderemos parar tamanha barbárie.



Lei Maria da Penha completa 18 anos e confirma a incapacidade do Estado burguês de proteger a vida das mulheres

A Lei Maria da Penha, aprovada em 7 de agosto de 2006, sob o primeiro governo Lula, resultou da pressão dos movimentos de mulheres contra a violência por elas sofrida e pela ação de organismos internacionais (dominados pelo imperialismo), para que o Estado brasileiro passasse a adotar os parâmetros formais de resposta aos crimes contra as mulheres.

Desde os anos 1970 houve campanhas sobre o tema, por parte de movimentos de mulheres, a exemplo da campanha “quem ama não mata”. As primeiras ações governamentais passaram a se dar após o fim da ditadura militar, com a criação de delegacias especializadas. Nos anos 1990 houve a aprovação de legislações que ampliam a gravidade do crime de estupro ou de crimes cometidos contra mulheres grávidas, crianças, idosos ou enfermos e a criação de abrigos e centros de referências. Predominava a visão institucional de que a violência cometida no âmbito doméstico era um assunto privado, que não deveria ser alvo a intervenção do Estado. O Código Penal trazia artigos que determinavam legalmente a subordinação da mulher ao homem.

O Caso de Maria da Penha é exemplar quanto à conduta do Estado de negligenciar o pedido de socorro de mulheres agredidas. Maria da Penha sofreu duas tentativas de feminicídio dentro de sua casa. Em 1983, seu marido disparou tiros em suas costas enquanto dormia, a deixando paraplégica aos 38 anos. Meses depois tentou matá-la eletrocutada. O primeiro julgamento sobre os crimes ocorreu oito anos após a denúncia, mas com medidas protetatórias, até 1998, o caso seguia sem desfecho. Maria da Penha levou o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA) que, em 2001, condenou o Estado brasileiro por negligência e omissão. Como resultado, além do maior empenho do Estado em prender o agressor, quinze anos após o crime, resultando em um encarceramento de dois anos, cresceu a pressão por uma lei específica em relação à violência doméstica contra a mulher.

Sob o governo Lula, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) como órgão ministerial que também atuou na elaboração do Projeto de Lei nº 4.549/04, que originou

a Lei Maria da Penha. Com a aprovação, alterou-se o âmbito em que eram julgadas as agressões a mulheres, retirando os casos dos juizados especiais criminais, voltados a contravenções e crimes considerados de menor potencial ofensivo, passando a considerar a violência à mulher como uma violação dos direitos humanos. O texto atual da lei agrega algumas mudanças que se acumularam ao longo desses 18 anos. Ampliou-se a definição da violência contra a mulher como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico e dano moral ou patrimonial às mulheres”. Além dos aspectos punitivos, a lei institui medidas preventivas e protetivas, combinando políticas públicas que se dão no campo da educação e da punição.

Apesar da Organização das Nações Unidas ter considerado a Lei Maria da Penha como a terceira melhor lei de combate à violência contra a mulher no mundo, o Brasil continua na liderança dos países com mais registros de violências contra a mulher. Dados do 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ainda que não deem conta de todos os casos, por conta da subnotificação, mostram um quadro de terror. Todos os tipos de violência contra meninas e mulheres aumentaram de 2022 para 2023. As tentativas de feminicídio cresceram 7,1%, as agressões/violência doméstica subiram 9,8%, o registro de perseguições, importunação sexual e violência psicológica tiveram alta de 34,5%, 48,7% e 33,8%, respectivamente. O número de estupros no país cresceu 6,5%, totalizando 84 mil casos. Ou seja, a cada seis minutos uma mulher ou menina é estuprada no Brasil. As principais vítimas são meninas negras de até 13 anos. A cada dia, 4 mulheres morreram vítimas de feminicídio, totalizando 1.467 vítimas, em 2023.

Representantes de todas as esferas do Estado, do executivo, legislativo e judiciário manifestam sua crítica à violência contra a mulher. Vez ou outra, sob a máscara da proteção à mulher, emergem frases e ações que revelam a justificação das violações, mas em uma conjuntura em que essas declarações são criticadas.

No dia 07 de agosto, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, atendendo a recomendação da CIDH/OEA, pediu desculpas a Maria da Penha pela demora e falhas da justiça brasileira em seu caso. Parlamentares respondem aos dados crescentes de violência com a proposição de ampliar as penas aos agressores. E o governo Lula promete uma “articulação nacional pelo feminicídio zero” ao mesmo tempo em que corta verbas de todas as áreas sociais, inclusive do Ministério das Mulheres, a pasta proporcionalmente mais atingida pelos recentes bloqueios e contingenciamentos recentes. Não faltam especialistas e políticos para justificarem os altos índices pela falta de conhecimento da lei ou falta de aplicação. Outros atribuem à cultura do machismo e da misoginia a causa dessas mazelas.

O fato é que a barbárie social que esses dados revelam tem sua raiz profunda na sociedade de classes, de onde se origina o patriarcado, na propriedade privada dos meios de produção, na

constituição da família como unidade econômica, onde a mulher é subjugada e inferiorizada. A aprovação de legislações, sejam elas mais punitivas, protetivas ou educativas, são incapazes de agir sobre essas raízes. Até mesmo são formas de encobrimento para dar ao Estado burguês uma máscara de protetor dos oprimidos, dentre eles as mulheres, enquanto opera para preservar, por meios repressivos e ideológicos, a propriedade privada dos meios de produção, fonte de toda a violência. A opressão sobre a mulher, que se manifesta nas discriminações econômicas, sociais e culturais, tem como raiz a opressão de classe. A violência contra a mulher, portanto, é uma das mazelas do capitalismo, é parte do embrutecimento e deformação psíquica que impera nas relações no âmbito da família; relaciona-se com as péssimas condições de vida, bloqueio ao desenvolvimento cultural imposto pela brutal exploração do trabalho, sobretudo em um país semicolonial como o Brasil.

O Partido Operário Revolucionário parte da premissa de que a criminalização nunca foi e nunca será capaz de eliminar a violência, inclusive a que é cometida contra as mulheres. Ao mesmo tempo reconhece o direito de as mulheres que foram vitimadas exigirem a punição de seus agressores e as medidas para sua segurança. Em nosso programa, reafirmamos a defesa do fim das discriminações das mulheres e de toda violência sexual e responsabilizamos o Estado burguês por toda violência, na medida em que ele é o guardião da propriedade privada dos meios de produção e das relações que se erguem sobre essa base. O movimento feminista burguês e pequeno-burguês age para subordinar as mulheres ao Estado burguês, mascara sua natureza de classe ao iludir as massas com as teses do empoderamento e representatividade, como se a presença de mais mulheres comprometidas com o feminismo fosse capaz de aprimorar os mecanismos de proteção das mulheres e punição aos homens agressores e originar uma sociedade livre de violências. Conquistaremos a emancipação das mulheres como parte da luta revolucionária.

Aos 18 anos da Lei Maria da Penha, diante da generalização da violência contra a mulher, chamamos à unidade de homens e mulheres para edificarmos o partido do proletariado e agirmos sobre as raízes de classe da opressão sobre a mulher, guiados pela estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



Publicado o livro:

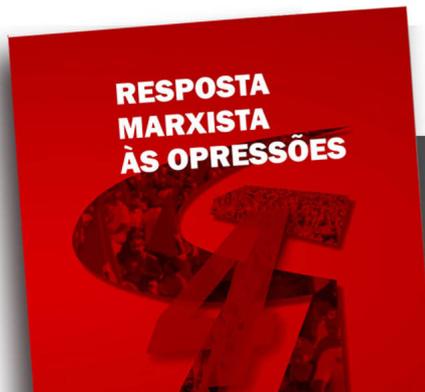
REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.

**RESPOSTA
MARXISTA
ÀS OPRESSÕES**

R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**



Crise no PSOL de Natal expõe seu oportunismo eleitoral e uma divergência artificial

No dia 10 de junho, o diretório municipal do PSOL de Natal aprovou a pré-candidatura de Camila Barbosa à prefeitura da cidade. Na resolução aprovada, o partido afirma que houve um debate interno sobre a possibilidade inicial de unidade entre as esquerdas em torno à candidatura de Natália Bonavides, do PT, mas que, diante das alianças de Natália com partidos oligarcas como MDB e o PRD, o diretório municipal decidiu manter uma candidatura própria e “independente”, aprovando a pré-candidatura de Camila.

No entanto, um setor ligado a Sandro Pimentel (MES), que não concorda com o lançamento de candidatura própria do PSOL, mas sim que já no primeiro turno haja o apoio à candidatura petista de Natália Bonavides, acionou o Diretório Nacional do PSOL, que, por sua vez, fez uma intervenção cancelando a Convenção Eleitoral do partido a menos de 24h de sua realização. Com isso, a divergência tomou a forma de uma crise, em que a ala ligada a Camila Barbosa foi a público denunciar a intervenção da Executiva Nacional e de Sandro Pimentel.

O Diretório Municipal respondeu que manterá a defesa da pré-candidatura de Camila e denunciou mais uma manobra de Sandro Pimentel, que filiou de última hora cerca de 100 pessoas, entre eles um familiar, como forma de derrotar a decisão do Diretório. Poucos dias antes da Convenção eleitoral do partido, porém, Camila Barbosa desiste de sua pré-candidatura à prefeitura e lança sua pré-candidatura à vereadora.

O oportunismo dentro de um partido oportunista

Ao abrir mão de sua pré-candidatura, Camila chegou a dizer que não participará de “um processo antidemocrático, desleal e de cartas marcadas”. Porém, logo em seguida, lança sua pré-candidatura a vereadora. Se fosse consequente, ao verificar que havia em seu partido um processo antidemocrático e desleal, teria de lutar contra ele até o fim. Ocorre que, na véspera da Convenção Eleitoral, ela abandona sua candidatura à prefeita ao verificar que seria derrotada pela

manobra de filiação em massa de Sandro Pimentel, para garantir, pelo menos sua candidatura à vereadora. Trata-se de uma atitude oportunista dentro de um partido oportunista.

No fim das contas, a divergência era politicamente artificial

A candidatura própria de Camila tinha o objetivo de ser uma “alternativa de esquerda, contra as oligarquias e a extrema-direita”. Porém, a velha tática oportunista do PSOL era lançar candidatura própria apenas no primeiro turno, a fim de expor o seu programa reformista e, no segundo turno, apoiar a candidatura petista de Natália Bonavides. Isto é, todo o palavreado de ser contra as oligarquias e contra a extrema-direita se evaporará no segundo turno. Em resumo, há uma convergência em ambas as táticas eleitorais dessas frações internas do PSOL, de apoiar a candidatura do PT à prefeitura do Natal, em que a divergência se restringia apenas em que momento deveria ser o apoio, se no primeiro ou no segundo turno.

Palestina

| CERQUI

Internacional 

Nesta edição:

- **Oriente Médio:** Novo chamado de Israel ao Irã para a guerra;
- **Venezuela:** Fora as mãos sujas do imperialismo dos assuntos internos da Venezuela!;
- **Argentina:** Neste 7 de agosto, mobilizar unificadamente com nossos sindicatos levantando o programa da classe operária;
- **Trotsky:** 32 anos da dissolução da URSS (Escritos tomo VIII).

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
 pela Reconstrução
 da IV Internacional**



Declaração do Partido Operário Revolucionário sobre o assassinato do dirigente do Hamas Ismail Haniyeh

Novo chamado de Israel ao Irã para a guerra

Os Estados Unidos são os maiores responsáveis pelo perigo de uma conflagração geral no Oriente Médio. As massas árabes e persas estão diante da necessidade de um levante para acabar com o genocídio na Faixa de Gaza e impedir uma guerra generalizada

2 de agosto de 2024

O Estado sionista de Israel não se limita a esmagar os palestinos na Faixa de Gaza e perseguir o objetivo de eliminar o Hamas. Tem se preparado para atacar o Líbano, Irã, Síria e Iêmen. Tanta capacidade militar se deve aos Estados Unidos que fizeram da criação do Estado de Israel na Palestina um enclave no Oriente Médio. Os inimigos do imperialismo são os países que resistem

à sua completa dominação na região. O Estado de Israel é parte e instrumento dos Estados Unidos e de sua aliança imperialista, que se constituiu após a Segunda Guerra Mundial.

A invasão da Faixa de Gaza, motivada pela operação militar do Hamas em 7 de outubro de 2023, resultou de uma sequência de guerras e de intervenções do Estado de Israel contra o povo



palestino e as nações que se opuseram ao colonialismo sionista. A adaptação e a acomodação dos mais importantes países árabes ao domínio da burguesia judia na Palestina não eliminaram as contradições que estão na base da formação dos países do Oriente Médio desde o fim do Império Otomano. A partilha e o traçado das fronteiras se deram sob o imperialismo britânico e, posteriormente, sob o poderio norte-americano. As nações assentadas em um atraso econômico de traços pré-capitalistas seguiram subordinadas à dominação externa e ao saque de suas riquezas naturais pelas potências.

A criação do Estado de Israel tem suas raízes nas duas guerras mundiais e nas conseqüentes partilhas. A feudal burguesia árabe não foi capaz de emancipar os seus países do controle imperialista. O fracasso do movimento nacionalista árabe, finalmente, conduziu a uma ampla sujeição aos Estados Unidos e aliados europeus. No entanto, as contradições entre a necessidade de um desenvolvimento econômico-social independente e a nova dominação imperialista no Oriente Médio não permitiram uma estabilização sob a égide dos Estados Unidos.

Conflitos entre os próprios países e intervencionismo militar do imperialismo foram constantes e se agravaram com a colonização sionista na Palestina. As desavenças e enfrentamentos entre as próprias nações oprimidas favoreceram a ascendência das forças imperialistas no Oriente Médio. As guerras entre Iraque e Kuwait (guerra do Golfo Pérsico) e entre Iraque e Irã expressaram profundos confrontos entre países semicoloniais motivados pelo domínio e saque imperialista. A intervenção militar dos Estados Unidos na guerra do Golfo e em seguida no Iraque provocaram um grande e amplo estremecimento das relações entre os países do Oriente Médio. A guerra na Síria, por sua vez, arrebatou o país e fez saltar a gravidade da questão das nacionalidades e da opressão nacional.

O Irã por ser uma força econômica e militar regional sempre esteve envolvido de uma forma ou de outra nos conflitos e guerras. A sua capacidade de resistência se mostrou no confronto destrutivo com o Iraque. Mas, o mais importante se observa nas dificuldades dos Estados Unidos colocarem o regime dos aiatolás de joelhos. O nacionalismo iraniano não somente fez frente ao risco de uma guerra com os Estados Unidos e Israel como incentivou o nacionalismo religioso árabe de setores da classe dominante marginalizados do poder da feudal-burguesia. Eis por que Israel acusa os iranianos de impulsionar organizações ditas terroristas na classificação do imperialismo. É o caso do Hamas na Faixa de Gaza, do Hezbollah no Líbano e Houthis no Iêmen, entre outros na Síria e no Iraque. Esse movimento se denominou "Eixo de Resistência".

Israel se mostrou voltado a uma guerra com o Irã assim que se evidenciaram os progressos da produção de energia nuclear e a possibilidade de o país inimigo alcançar a bomba atômica. Mas, essa medida intervencionista dependia e depende dos Estados Unidos. Uma guerra de Israel e Irã potencializaria ainda mais as contradições e desestabilizaria mais profundamente o Oriente Médio. O imperialismo norte-americano decidiu por cercar economicamente o Irã à espera de uma crise política interna que desintegrasse o nacionalismo e reconduzisse o país para a órbita dos Estados Unidos. O governo Trump revogou o acordo montado pelo governo de Obama, que pressupunha conter o avanço da produção de energia atômica. A linha da confrontação ganhou altitude. O que foi e é do interesse do Estado sionista de Israel.

A incursão das Forças de Defesa de Israel na Faixa de Gaza e os dez meses de ocupação com cerca de quarenta mil palestinos mortos recolocaram o Irã no centro da crise do Oriente Médio. O assassinato de oficiais, em abril, na embaixada do Irã na Síria, por meio de um ataque aéreo, foi uma declaração de guerra. O governo iraniano se limitou a uma demonstração enviando drones a Israel como sinal de que a provocação não ficaria sem resposta. Agora,

três meses depois, ou por ataque aéreo ou uma bomba instalada, o governo israelense autorizou o assassinato de Ismail Haniyeh, alto membro da direção do Hamas, que se achava presente na posse do novo presidente do Irã.

Algumas horas antes, Israel havia realizado uma operação semelhante no Líbano que matou Fuad Shukr alto dirigente do Hezbollah. Os Estados Unidos estão por trás desses atentados terroristas. Ações como essas indicam a posição prevalecente no governo de Netanyahu de ampliar a guerra da Faixa de Gaza, provocando o Líbano e o Irã. O assassinato de Haniyeh em solo iraniano foi a segunda declaração de guerra. É bem possível que o Irã repita a demonstração feita em abril. Os Estados Unidos estão prontos para apoiar Israel, mesmo tendo claro que uma guerra entre estados poderá provocar uma grande comoção entre as massas do Oriente Médio e do mundo.

Israel conta com intervencionismo do Pentágono e da OTAN, para dissuadir o Irã de um ataque que desencadeie a guerra. A prepotência e confiança da burguesia israelita e do seu governo se assentam nas armas do imperialismo. A presença de Netanyahu no Congresso Nacional dos Estados Unidos pouco antes dos ataques no Líbano e no Irã teve esse sentido.

Em resposta ao assassinato de Haniyeh, inúmeras manifestações protestaram contra o Estado de Israel. No Irã, uma multidão pediu "vingança". Governos como o da Turquia e Jordânia condenaram a ação de Israel como "barbárie sionista" e "Estado pária", respectivamente. O Hamas marcou no funeral de Haniyeh um "dia de fúria".

Na situação de genocídio na Faixa de Gaza, de avanço na anexação da Cisjordânia e de ataques de Israel no Líbano, Irã e Síria, a tarefa da classe operária e dos demais oprimidos é a de constituir a frente única anti-imperialista. Somente a mobilização e o armamento das massas possibilitam enfrentar o poderio militar do Estado sionista e o intervencionismo dos Estados Unidos e aliados. Os métodos de luta do proletariado são distintos aos dos Estados burgueses. As massas organizadas em seu terreno próprio que é o da luta de classes são uma poderosa força diante das guerras de dominação. Todos os governos, incluindo os mais nacionalistas, temem o levante dos explorados que pagam pela desintegração do capitalismo, das guerras, das anexações e das opressões nacionais.

O objetivo imediato da luta anti-imperialista é o de expulsar os sionistas invasores da Faixa de Gaza e os colonizadores da Cisjordânia; barrar a escalada militar no Oriente Médio e fortalecer a unidade anti-imperialista das massas árabes e iranianas. O combate pela autodeterminação do povo palestino depende da organização de um poderoso movimento das massas e nacionalidades oprimidas no Oriente Médio. Essa é a condição para reerguer a luta mundial contra o genocídio na Faixa de Gaza.

O POR, como seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), se empenha pela formação dos comitês anti-imperialistas, sob as bandeiras de enfrentamento à opressão nacional. O programa e a estratégia para unificar o proletariado e a maioria oprimida contra as forças retrogradadas e bárbaras do imperialismo são o da revolução social, que por seu conteúdo de classe é proletária. Historicamente, as guerras e a dominação imperialista indicam que do ponto de vista objetivo está madura a luta pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, como parte do combate mundial ao capitalismo senil. O grande obstáculo é a crise de direção, que será superada em meio a guerras, revoluções e contrarrevoluções. Está colocada a tarefa de organizar os partidos marxista-leninista-trotskistas no seio dos explorados do Oriente Médio, inclusive entre os explorados judeus em Israel.

Pelo fim da intervenção do Estado sionista na Faixa de Gaza e da anexação da Cisjordânia. Por uma República Socialista da Palestina!

Fora as mãos sujas do imperialismo dos assuntos internos da Venezuela!

As eleições na Venezuela atraíram a atenção internacional; as correntes de ultradireita e o imperialismo norte-americano desfraldaram todo o seu poderoso aparato de propaganda, anunciando a derrota iminente do regime de Maduro e o triunfo da “liberdade” nas urnas.

Independentemente de qualquer consideração, os revolucionários rejeitam a interferência do imperialismo nos assuntos internos da Venezuela e de qualquer país que seja atacado pelo império com sanções econômicas ou militares.

A discussão sobre a existência ou não de fraudes em que a ultradireita e o chavismo reformista se conflitam, não modifica o fato de que o poder permanece sob o controle de Maduro e do aparato chavista.

A oposição de direita, abertamente pró-imperialista, denuncia fraude do Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela e dos chavistas, que foram proclamados vencedores com 51,2% dos votos computados oficialmente até o momento (80% de acordo com o CNE).

A consequência política imediata dos protestos e denúncias, caso não se torne um processo insurrecional - como na Bolívia em 2019 - e vencerem, será enfraquecer as posições da ultradireita latino-americana e global e aprofundar a falsa contradição entre os impostores do “socialismo do século 21” e os “libertários” da ultradireita, ambos partidários da preservação das relações capitalistas de produção e do livre jogo do mercado, discordando apenas quanto a que tamanho de intervenção do Estado deve ser permitido nas questões de regulação da economia.

O agravamento da crise capitalista em nível mundial - o fato da economia mundial atravessar uma etapa de estagflação - marca o destino de todos os governos incapazes de evitar as consequências da crise que recai sobre as massas exploradas. Os fatos mostram que a crise capitalista não pode ser superada, nem pelas políticas neo-keinesianas dos impostores do “socialismo do século 21”, nem pelas políticas “ultraliberais” dos ultradireitistas pró-fascistas. Esta situação acelera o esgotamento da democracia burguesa formal e projeta as tendências belicistas.

Mas, além disso, no quadro da atual guerra comercial, está em questão o alinhamento com os planos hegemônicos do imperialismo norte-americano ou seu distanciamento, colocando algum tipo de pretextos para buscar apoio em outros blocos econômicos. O imperialismo norte-americano quer um governo totalmente dócil e servil, em vez do de Maduro, que se aproxima dos russos e chineses, realizando acordos com eles. Na Venezuela, que é muito rica em petróleo, poderosas multinacionais norte-americanas,



incluindo a Chevron, têm negócios e explorações, o FMI previu que o maior crescimento econômico da América Latina será registrado este ano na Venezuela. Estão interessados, e pressionam por melhores relações diplomáticas.

O fato da via eleitoral ter se mostrado inviável para a alternância no poder das diferentes tendências burguesas leva a oposição de direita à necessidade de avançar pelo caminho da conspiração e dos métodos insurrecionais. A oposição burguesa de direita encontrou dificuldades para bater à porta dos quartéis, pois Chávez, tendo sido

um caudilho militar, facilitou o compromisso e a intervenção direta dos militares na gestão de altos cargos públicos, onde têm as portas abertas para negociações generosas, com as quais conseguiram manter a unidade do exército por trás do PSUV dos chavistas. A oposição de direita não consegue encontrar apoio interno nas Forças Armadas para seus planos conspirativos.

A mal-estar social contra o governo de Maduro, que enfrenta as sanções econômicas impostas pelo imperialismo norte-americano, mas preserva os privilégios da classe dominante e a altíssima corrupção dos altos hierarcas de seu governo, não consegue se tornar um movimento revolucionário capaz de propor uma perspectiva que supere a impostura do falso socialismo chavista. A direita ultrarreacionária e descaradamente pró-ianque é vista com grande desconfiança por amplas camadas das massas exploradas e dos trabalhadores venezuelanos.

Não há partido operário revolucionário na Venezuela, os que se reivindicam trotskistas, a maioria deles alinhados com o oportunismo morenista, têm jogado com posições de apoio crítico, chamando o voto em Chávez, juntando-se ao seu partido em nome de entrismo, para apresentar candidatos com um programa reformista, ligeiramente diferente do proposto pelo chavismo. Esta esquerda centrista, que em nível continental se destaca por seu seguidismo às tendências nacional-reformistas, chamada de “socialismo do século 21”, não pode levantar as bandeiras da independência de classe. Não basta pedir um voto nulo, é necessário levantar o programa da revolução proletária, mesmo nas condições de ilusão que o chavismo e suas reformas despertaram na época.

A tarefa é pôr em pé o partido-programa, de estrutura bolchevique, celular, enraizado nas massas proletárias, que assinala a perspectiva revolucionária: o governo operário-camponês. Este é o grande objetivo histórico.

Partido Operário Revolucionário da Bolívia, Jornal Massas, nº 2799

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Argentina

Neste 7 de agosto, mobilizar unificadamente com nossos sindicatos levantando o programa da classe operária

A jornada de mobilização da quarta-feira, 7 de agosto, ocorre no marco de um conjunto de lutas em todo o país: Greve nacional dos petroleiros; plano de luta promovido pela SUTNA (Sindicato Único dos Trabalhadores do Pneumático); greve no setor pesqueiro contra as demissões; ocupação da Textilcom em Catamarca; greve de professores em várias províncias; luta dos trabalhadores do óleo que aprovaram, em sessão plenária dos dois sindicatos, impulsionar um plano de luta; entre outros.

A passeata de São Caetano foi convocada de forma unitária pelos movimentos sociais e por todas as centrais sindicais (CGT e CTA's) sob a bandeira de "Paz, Pão, Terra, Moradia e Trabalho". O protesto foi organizado "contra a recessão, demissões, reforma trabalhista e imposto de renda". Os organizadores afirmam que será realizada a tradicional peregrinação de Liniers ao centro de Buenos Aires de forma reduzida, e o grosso dos manifestantes se concentrará na Praça de Maio. A mobilização foi convocada sem greve, exceto por alguns setores, como a ATE (Associação dos trabalhadores do Estado), cujos trabalhadores resistem ao esvaziamento do Estado.

Esta é a primeira medida unificada de força após a aprovação da Lei Bases. As massas resistem o melhor que podem a um governo que lhes declarou guerra. É essa pressão que atua sobre a burocracia e a empurra para agir com uma ação que será contundente.

O governo de Milei está mergulhando o conjunto dos trabalhadores na miséria. Seu plano econômico, destinado a gerar um superávit fiscal para pagar a dívida externa, é baseado em ajustes brutais e aumentos de tarifas. Não devemos dar nem mais um minuto ao plano de entrega e destruição do salário e o trabalho. Esperar é aprofundar a miséria. Temos de rejeitar a ideia de lhe dar governabilidade, pois isso significa deixá-lo implementar seu plano.

As demissões, o desemprego e a deterioração salarial são os principais problemas dos oprimidos. A recessão não tem freio e já se estima que entre 10.000 e 12.000 empresas fecharão este ano. Por sua vez, o governo fixou o salário mínimo em 270 mil pesos, uma miséria absoluta, enquanto a inflação não para.

A repressão àqueles que se organizam para reivindicar e resistir é permanente. Há perseguição aos dirigentes, buscas em locais e residências, montagem de processos, dois companheiros permanecem presos desde a mobilização ao Congresso contra a Lei Bases. De fato, a lei aprofunda a criminalização contra piquetes de greve, ocupações de fábricas e locais de trabalho.

Neste contexto, é correto dar uma resposta unificada, temos

de discuti-la em todos os locais de trabalho. Temos de fazer uma passeata contundente levantando as demandas de cada setor, levantando nossas próprias bandeiras. Que essa mobilização faça parte de um plano de luta para derrotar o plano do governo. Essa política faz parte da luta contra a burocracia sindical.

Uma menção especial deve ser feita ao apelo da SUTNA para formar uma coluna independente. Do nosso ponto de vista, esta política mina a unidade dos sindicatos, divide os trabalhadores nos locais de trabalho. Acreditamos que os ativistas devem se mobilizar e lutar nas colunas que nos correspondem, com o objetivo de fortalecer a unidade entre os trabalhadores e travar disputas nas fileiras de nossos sindicatos. Carregar bandeiras que expressem a independência de classe, discutir nos locais de trabalho a pauta de reivindicações e como aprofundar o plano de luta. Este é o caminho para disputar a direção do movimento operário com a burocracia. Isolar-nos e dividir-nos enfraquece-nos como classe e impede-nos de desmascarar a política de colaboração com o governo, levada a cabo pela burocracia, ao não aprofundar as medidas de luta

É correto mobilizar-se contra as demissões, a recessão e a reforma trabalhista, mas é insuficiente se não houver uma proposta do que fazer com a economia, sem uma denúncia do papel do imperialismo na política de ajuste contra os oprimidos. Não há como parar as demissões e a recessão pagando a dívida externa e respeitando a propriedade privada dos setores mais concentrados da economia que saqueiam o país.

Por todas essas razões, neste 7 de agosto vamos encher as ruas, vamos conseguir uma mobilização contundente levantando o programa da classe operária. Contra o imperialismo, contra a política de ajustes de Milei, porque sabemos que o dinheiro está lá, as mineradoras, as petrolíferas, os latifundiários o têm e o FMI o leva embora. Pela estatização dos setores estratégicos da economia sob controle operário, pela estatização do comércio exterior e do capital financeiro, pelo desconhecimento da dívida externa, por um plano de obras públicas e desenvolvimento industrial que responda ao problema do desemprego.

Confiemos apenas em nossa organização, em nossos métodos de luta, em nossa própria política, sem nenhuma ilusão nas próximas eleições, no Congresso e no Judiciário, que são o terreno dos grandes capitalistas e de sua politicagem.

(Extraído do Jornal Massas, nº 461, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

R\$ 15

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS



Lições da Comuna de Paris
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.

POR
Marxismo
Teoria e Programa

Nova Coleção Editorial



Trotsky

32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No *Jornal Massas* 705, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, começamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos Escritos de Trotsky. No *Jornal Massas* 706, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3. No *Massas* 707, tratamos do Tomo 1, vol. 4.

No *Massas* 708 expusemos dois artigos do Tomo II, vol. 1: “Aos Camaradas Búlgaros” e “Termidor e Bonapartismo”. No *Jornal Massas*, nº 709, resumimos o Tomo II, vol. 2: “Problemas do Desenvolvimento da URSS. Projeto de Teses da Oposição de Esquerda Internacional sobre a questão russa”. No *Jornal Massas* 710, usamos o Tomo IV, vol.1: “Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional”. No *Jornal Massas* 712, tratamos do Tomo IV, vol. 2: “É necessário construir Partidos Comunistas e uma nova Internacional”.

No *Jornal Massas* 713, dedicamos ao Tomo V, vol.1: “A natureza de classe do Estado soviético”. No Tomo V, vol. 2, concluímos as formulações que se encontram no documento “A Guerra e a IV Internacional”, de 10 de junho de 1934.

No *Massas* 715, expusemos as considerações de Trotsky que se encontram no Tomo VI, vol. 1, 1934-1935. O documento principal se denomina “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”. Fizemos referências a alguns artigos que o antecede. No *Massas* 716, concluímos o Tomo VI, vol. 1, 1934-1935 expondo o documento “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”, de 1º de fevereiro de 1935. Observamos que no Tomo VI, vol.2, 1934-1935, Trotsky retoma especificamente a questão da burocratização e do processo de restauração no texto “Outra vez sobre a questão do bonapartismo. O bonapartismo burguês e o bonapartismo soviético”.

No Tomo VII, vol.1, 1935-1936, Trotsky faz referência direta à questão da burocratização nos artigos: “Rússia e o Proletariado Mundial” (14 de setembro de 1935) e “Como Stalin venceu a oposição” (12 de novembro de 1935). No Tomo VII, vol. 2, destacamos os textos cujos títulos são: “O caráter de classe do Estado soviético”, 1 de janeiro de 1936; “A nova Constituição da URSS”, 16 de abril de 1936, e “A Quarta

Internacional e a União Soviética”, 8 de julho de 1936. Ainda no Tomo VII, vol. 3, apresentamos o documento “No tribunal de portas fechadas”, de 11 de dezembro de 1936. Fizemos uma síntese de alguns escritos que se referem ao processo de expulsão de Trotsky da Noruega.

Agora, iniciaremos a exposição do Tomo VIII, de 1936-1937, vol. 1. Vimos no vol. 3, tomo VII, a concentração de Trotsky na tarefa de expor o significado dos Processos de Moscou, que assinalava a consolidação da ditadura burocrática estalinista, a liquidação dos fundamentos do Partido Bolchevique pelo revisionismo e o fortalecimento das tendências restauracionistas. O Tomo VIII, vol. 1, dá continuidade aos artigos, entrevistas, comunicados e documentos sobre os novos passos dos Processos de Moscou. Isso nas condições de expulsão de Trotsky da Noruega e início do seu novo exílio no México. A Oposição de Esquerda se achava debilitada devido ao brutal cerceamento de Trotsky e à pouca formação da militância que foi se aglutinando contra a ditadura de Stalin.

Observação:

à diferença das exposições anteriores não separamos os distintos escritos. Faremos a exposição dando seqüência à ordem cronológica, estabelecendo os aspectos que dizem respeito à burocratização do Estado soviético.

Em julho de 1936, realizou-se uma Conferência em Paris, que deveria ser realizada em Genebra. O serviço secreto, GPU, havia desatado uma perseguição aos trotskistas além das fronteiras da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Foi sintomático o sequestro e assassinato do secretário de Trotsky e membro do Movimento pela IV Internacional, Erwin Wolf. Diante dos Processos de Moscou, houve abandono dos postos de resistência, a exemplo de Victor Serge. O enfrentamento de Trotsky aos Processos de Moscou é parte de sua própria defesa diante das falsificações do aparato estalinista de que seria um agente da Alemanha e do Japão. Imaginem o tanto de falsificação montada pelo governo de Stalin, que chegou ao ponto de impor às suas vítimas encarceradas e torturadas a versão de que a Oposição pretendia “romper o partido, desorganizar o exército, derrubar o poder soviético e restaurar o capitalismo” (“Por que confessaram crimes que não tinham cometido”, 1º de janeiro de 1937). A questão central da burocratização do Estado operário será tratada no transcurso da escabrosa arquitetura dos Processos de Moscou e dos assassinatos de trotskistas.

É importante assinalar que neste vol. 1, do Tomo VIII, Trotsky faz várias menções à elaboração do livro “A Revolução Traída”. Logo no primeiro artigo, “Na Noruega ‘Socialista’”, dezembro de 1936, informa: “Nos momentos em que minha enfermidade per-

mitia, trabalhei na A Revolução Traída, onde pretendi explicar as causas pelas quais a burocracia soviética havia triunfado sobre os soviéticos, o partido e o povo, e assinalar as perspectivas do desenvolvimento futuro da URSS. Em 5 de agosto de 1936, enviei as primeiras cópias do manuscrito aos tradutores franceses e norte-americanos”. Trotsky relata que havia se ausentado de sua moradia, para fazer um retiro, e na manhã seguinte foi informado que “um grupo de fascistas havia penetrado na casa para roubar meu arquivo. Não era difícil: não havia guarda na casa, nem cadeados nos guarda-roupas e estantes. Os noruegueses estão tão acostumados a seu ritmo pacífico de vida que não tínhamos podido convencer nossos amigos para que tomassem algumas precauções elementares”. É nesse clima de isolamento e perseguição que Trotsky traz à luz do dia a extraordinária obra “A Revolução Traída”.

O artigo “A ‘sede de poder’”, de 3 de janeiro de 1937, traz uma passagem elucidadora sobre a vitória do termidor. Eis o relato: “Eu, que já havia passado por três anos de luta na Oposição (1923-1926) não compartilhava estas esperanças otimistas (Trotsky se refere à ilusão de Zinoviev e Kamenev sobre a possibilidade de derrubar a ditadura estalinista por meio do próprio aparato e constituir um novo governo). Nosso grupo (‘trotskista’) tinha uma visão bem clara da segunda etapa da revolução – o termidor -, das crescentes discrepâncias entre a burocracia e o povo, da degenera-

ção da camada dirigente e sua tendência para o nacional-conservadorismo e da profunda repercussão que exerciam as derrotas do proletariado mundial sobre o destino da URSS. Não concebia o problema do poder de forma isolada, isto é, independente desses importantes processos internos e internacionais. Via a necessidade de formar novos quadros e aguardar os acontecimentos. Por isso, respondi a Kamenev: de nenhum modo me sinto ‘cansado’, mas penso que devemos armarmo-nos de paciência durante um lapso prolongado, durante todo um período histórico. Hoje não se trata de lutar pelo poder, mas de preparar os instrumentos ideológicos e os métodos organizativos de luta enquanto aguardamos o novo ascenso revolucionário. Quando virá? Não sei.” A conclusão de Kamenev foi a seguinte: “Se não podemos tomar o poder na cúpula, só nos resta submeter”.

Essa lembrança de Trotsky expressa bem a difícil situação da Oposição de Esquerda, que exigia clareza estratégica e resistência a todo tipo de desespero. O terrível estalinista se erguia no interior da revolução triunfante justamente pelo isolamento internacional da URSS e das contradições internas entre as forças voltadas ao socialismo e as voltadas à restauração, sendo essas últimas as que se despontavam com maior possibilidade de avançar. A conclusão do artigo “A ‘sede de poder’” encerra uma valiosa lição: “Não exagerei ao dizer que o pensamento expresso nessas linhas constitui o fundo essencial de minhas atividades. Desde a minha juventude, o marxismo me ensinou a depreciar o subjetivismo pessoal, para o qual a história pungente é uma virtude. Sempre considerei que a impaciência revolucionária mal utilizada é uma fonte de oportunismo e reflete uma tendência ao aventureirismo (...). Para o partido proletário, o poder é o meio de transformação social. O revolucionário que não aspira colocar o aparato de repressão estatal a serviço do programa é inútil. Nesse sentido, a luta pelo poder não é um fim em si mesmo, mas uma parte da atividade revolucionária em seu conjunto: a educação e a unificação das massas trabalhadoras. A conquista do poder, que surge naturalmente dessa atividade e, por sua vez, a serve, pode proporcionar uma satisfação pessoal. Mas aspirar o poder pelo poder mesmo é uma atitude excepcionalmente estúpida e vulgar, que só pode proporcionar satisfação a um incapaz”.

Na “Entrevista para os norte-americanos”, 16 de janeiro de 1937, Trotsky se vê obrigado a responder a pergunta sobre “as diferenças fundamentais entre os trotskistas e os estalinistas”. Eis a resposta: “Prefiro formular a pergunta de outra maneira: as diferenças fundamentais entre Lênin e Stalin. Lênin contribuiu com os ensinamentos de Marx com o conteúdo da teoria da luta revolucionária do proletariado mundial, em lugar da teoria sobre a melhor maneira de adaptar a burocracia socialdemocrata ao Estado capitalista tal como fez a Segunda Internacional. Na União Soviética existe uma burocracia cem ou mil vezes mais poderosa. Seus interesses são distintos, inclusive contrapostos, aos interesses da classe operária mundial e das massas trabalhadoras da União Soviética. No entanto, a burocracia reivindica as tradições do leninismo. Por essa razão, a vida ideológica oficial da burocracia soviética e da

Terceira Internacional é uma falsificação permanente”. (...) “Em minha opinião, a tarefa mais imperiosa do momento é a de sacudir a garra desmoralizante que mantém a burocracia soviética sobre a vanguarda proletária mundial. Somente assim se poderá alcançar a emancipação revolucionária dos povos explorados do mundo. E somente a vitória internacional da revolução poderá salvar a União Soviética da degeneração total, porque a teoria do ‘socialismo em um só país’ é uma utopia reacionária criada para a glorificação da burocracia soviética”. Essa última formulação contém um diagnóstico e um prognóstico de ordem histórica. Se o proletariado mundial não avançasse contra a dominação capitalista, a burocracia estalinista levaria a URSS à decomposição e ao colapso.

Já no artigo “A versão de Stalin e a de Radek”, de 28 de janeiro de 1937, Trotsky responde à incompreensão e ao desespero daqueles que se veem impotentes diante da brutalidade dos Processos de Moscou. Reagem subjetivamente à degeneração do Estado operário. Passam a advogar a ideia de que a URSS já estaria completamente liquidada e o capitalismo restaurado. Como a situação mundial indicava a possibilidade da eclosão da Segunda Guerra Mundial, a questão da caracterização da URSS se tornava mais urgente. Eis a colocação de Trotsky: “Muitos ex amigos de distintos países, indignados pela política da burocracia estalinista, chegaram à conclusão de que não podemos assumir a defesa ‘incondicional’ da URSS. Minha resposta é que não se deve identificar a burocracia com a URSS. É necessário defender incondicionalmente a base social da URSS diante do imperialismo. As massas trabalhadoras poderão derrubar a burocracia bonapartista unicamente se se protegerem as bases do novo sistema econômico da URSS. Cortei publicamente minhas relações com centenas de amigos, velhos e jovens, em torno a essa questão. Em meus arquivos há milhares de cartas sobre a defesa da URSS. Por último, meu novo livro A Revolução Traída traz uma análise detalhada da política diplomática e militar da URSS, objetivando a defesa do país”. Essa argumentação em torno à defesa incondicional da URSS respondia à acusação do aparato estalinista de que Trotsky servia no exterior à política antissoviética do imperialismo.

O valor histórico dessa passagem se encontra não somente no caráter de denúncia das falsificações da polícia política do regime estalinista, mas também e, sobretudo, no fato de evidenciar a orientação da Oposição de Esquerda de que o combate naquela situação exigia clareza no reconhecimento de que a burocracia restauracionista ainda não havia destruído “as bases do novo sistema econômico da URSS”. Eis por que a resistência de Trotsky, distintamente de Zinoviev, Kamenev etc., partia da organização de um movimento das massas para defender as conquistas da Revolução Russa como ponto de partida para se desfazer da burocracia contrarrevolucionária e redirecionar o processo de transição do capitalismo ao socialismo, assentado no internacionalismo marxista-leninista.

(As citações foram extraídas das obras “Escritos”, Leon Trotsky, Tomo VIII, 1936-1937, vol. 1, Editorial Pluma)

LANÇAMENTO! **R\$ 40**

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



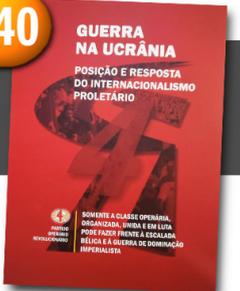
LANÇAMENTO! **R\$ 40**

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.
 nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

